

Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81)

0. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

A análise da recomposição de classes ocorrida nos últimos anos exige diversas considerações prévias, de ordem epistemológica, teórica e metodológica. Contudo, e porque o estudo que agora se apresenta constitui, em muitos aspectos, uma extensão de um outro que incidiu sobre a evolução e a estrutura regional das classes sociais na década de 60 (J. Ferrão, 1982-a), decidiu-se, por razões de economia de texto, remeter para este último trabalho algumas dessas questões.

Diversas limitações foram então postas em relevo no que se refere às bases conceptuais utilizadas (que tiveram como ponto de referência fundamental a obra de N. Poulantzas, 1968 e 1974), aos critérios de delimitação de classes e fracções de classes adoptados, à articulação destes últimos com o material estatístico disponível e, finalmente, à própria qualidade da informação empírica a que se recorreu.

Ora o conjunto de limitações que foi então possível detectar deve, entretanto, ter-se agravado consideravelmente, se se tiverem em conta algumas das tendências que parecem afectar, de forma generalizada e com especial acuidade nos últimos dez anos, os países de capitalismo mais avançado e que esquematicamente se podem apresentar do seguinte modo¹:

1 — Tendência para a marginalização relativa das actividades produtivas — e, conseqüentemente, dos grupos sociais exclusivamente definidos a partir do processo de produção — enquanto fonte de rendimento, mas também em relação a outros aspectos, como, por exemplo, a ocupação do tempo e correlativo avanço das categorias vulgarmente consideradas, como residuais (reformados, pensionistas, estudantes, desempregados, pessoas vivendo de rendimentos, etc.), à excepção das «domésticas». De facto, a convergência de fenómenos que, embora com «temporalidades» distintas, assumiram particular relevo a partir do início da década de 70 — da extensão dos níveis de escolaridade obrigatória e da previdência social e outras modalidades de assistência estatal, especialmente actuaes desde a segunda guerra mundial, ao envelhecimento gradual da população e, mais recentemente, ao contexto de crise propício à expansão do desemprego e à especulação financeira — contribuiu para a retracção do conjunto de grupos normalmente englobados sob a dominação de «população activa». A queda da taxa de actividade é o sintoma mais evidente, mas nem por isso o mais importante, desse processo.

* Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

¹ A título de exemplo, veja-se, para a França, G. Roustang, 1982, e Commissariat Générale du Plan (Rapport du Groupe Long Terme «Changements des Modes de Vie»), 1983, e, para a Itália, M. Paci (ed.), 1978.

2 — Tendência para o recuo relativo ou mesmo absoluto, no seio das actividades produtivas, de algumas formas de trabalho assalariado «formal» e avanço de diferentes práticas de trabalho «oculto» (não declarado)² e «autónomo» (interiorização, por parte do agregado familiar, de tarefas até aí realizadas pelo sector «formal», entreajuda de vizinhos, etc.)³. Alguns autores avançam mesmo a hipótese de uma propensão crescente e de carácter eventualmente duradouro para uma dissociação entre emprego e trabalho (R. E. Pahl, 1980) e, como consequência, para a «desmercadorização» da força de trabalho (E. Mingione, 1983). Embora não caiba, por razões evidentes, analisar neste local os motivos que poderão justificar esta tendência, não deixa de ser possível relacioná-la com estratégias de adaptação e sobrevivência num contexto de crise social, cultural e económica, independentemente de aquelas serem, ou não, portadoras de elementos anunciadores de futuras formas de trabalho verdadeiramente inovadoras.

3 — Tendência para alguns dos segmentos mais marginais do mercado de trabalho corresponderem às fracções mais dinâmicas, não só pelas razões apontadas anteriormente (desenvolvimento da economia «oculta»), mas ainda através do alargamento, no interior da esfera da produção «formal», das suas franjas menos qualificadas e mais precárias. A expansão deste «mercado de trabalho secundário», conforme a terminologia utilizada pelos defensores da teoria dualista da segmentação do mercado de trabalho⁴, pode concretizar-se com base em soluções relativamente distintas, envolvendo o recurso a minorias étnicas, a mão-de-obra feminina e/ou muito jovem ou, no outro extremo, a pensionistas e reformados, a pequenas empresas, em geral subcontratadas temporariamente, ou ainda a trabalho a tempo parcial, baseado em contratos a prazo ou efectuado em regime de tarefa, no interior da unidade de produção ou ao domicílio. Precariedade e inexistência de qualificação surgem, pois, vulgarmente associadas a alguns dos sectores mais dinâmicos do mercado de trabalho.

4 — Tendência para a multiplicação de situações de plurirrendimento e pluriactividade, ao nível individual ou no seio do agregado familiar, que traduz, afinal, o conjunto de mecanismos sucintamente referenciados nos pontos anteriores.

As transformações descritas colocam problemas graves quando se pretende analisar a recomposição social ocorrida ao longo da década de 70, que têm a ver com a própria debilidade teórica da ciência social neste campo, mas também com o carácter recente, pelo menos com a expressão que actualmente possuem, de alguns dos processos em marcha. De facto, o crescente número de pessoas exteriores ao mercado de trabalho, mas que nem por isso deixam de receber um rendimento regular (prestações sociais, juros de depósitos bancários, remessas de familiares emigrados, etc.), a profusão de actividades não oficialmente recenseadas (porque ilegais, embora lícitas, ou por assumirem formas não monetarizadas, como a auto-

² Que inclui situações tão distintas como o biscate, o segundo emprego ou o assalariado cuja existência não foi declarada pela respectiva entidade patronal.

³ Para uma apresentação sintética das várias «economias» não contabilizadas oficialmente veja-se J. Sousa Lobo, 1984.

⁴ A que se recorre, neste caso, para fins meramente *descritivos*. Uma crítica das várias teorias da segmentação do mercado de trabalho evidenciando os seus pontos debers, mas também algumas das suas virtudes, pode encontrar-se, por exemplo, em B. Coriat, 1980; Ph. Cooke, 1983; e M. Storper e R. Walker, 1983.

construção). a multiplicação de pertenças híbridas de classe, derivada da expansão da pluriactividade, e, finalmente, o incremento dos «lugares contraditórios de classe» (E. O. Wright, 1983), como, por exemplo, os pequenos patrões e os empregados semiautónomos, correspondem a situações que a(s) teoria(s) das classes sociais têm dificuldade em incorporar.

As insuficiências do aparelho estatístico nacional tornam ainda mais arriscada qualquer tentativa de avaliar a amplitude das várias tendências detectadas para os países de capitalismo avançado; ainda assim, dados referentes aos últimos três *Recenseamentos Gerais da População* (1960, 1970 e 1981) permitem confirmar a ocorrência de algumas delas.

A expansão dos grupos sociais não directamente ligados à produção de bens ou serviços encontra-se bem expressa no quadro n.º 1. De facto, os números-índices definidos em relação aos valores de 1960 revelam um acentuado acréscimo dos vários conjuntos considerados, à excepção das «domésticas», e particularmente daqueles onde a intervenção assistencial do Estado se faz sentir. Repare-se ainda que, embora se verifique, pelo menos em alguns casos, uma evolução sensível entre as duas primeiras datas, é sobretudo na década de 70 que ocorre uma transformação realmente considerável da situação existente.

Ficam ainda por contabilizar, dentro desta tendência, os contributos dos rendimentos correspondentes a remessas de familiares emigrados e a juros de depósitos bancários a prazo. Se o primeiro aspecto é bem conhecido, encontrando-se mesmo em desaceleração relativa, dada a amplitude do

Evolução, em números-índices (1960 = 100), do total de efectivos de alguns grupos populacionais

(QUADRO N.º 1)

Grupos populacionais	1960	1970	1981
População residente	100	97	113
População activa com profissão	100	96	118
Pessoas vivendo de pensões	100	202	1652
Reformados e aposentados	100	260	1401
Desempregados	100	111	360
Estudantes com 15 ou mais anos	100	226	330
Domésticas	100	108	66

Fonte: INE

movimento de regresso de emigrantes, já o segundo mereceria uma análise cuidadosa e pormenorizada em virtude da inexistência de estudos sistemáticos sobre esta questão. A instabilidade política e social que tem dominado o País desde 1974 num contexto de crise, em geral, e o agravamento dos encargos financeiros, em particular, contribuíram para encaminhar numerosas poupanças para o tipo de «investimento» encarado, simultaneamente, como sendo o mais seguro e o menos conflituoso: os depósitos bancários a prazo. Solução já tradicional para alguns grupos sociais com fraca propensão para o investimento produtivo, como as fracções mais arcaicas da burguesia ou os emigrantes⁵, ela ganhou uma amplitude considerável nos

⁵ M. Silva e outros, 1984, verificaram que cerca de 50% dos emigrantes regressados a Portugal e por eles inquiridos «aplicavam» as suas poupanças em depósitos bancários.

últimos anos. O seu carácter sigiloso e difuso impede, contudo, a formulação de qualquer juízo rigoroso sobre a sua incidência. Não deixa, por isso, de ser curioso, porque aparentemente contraditório com o que se acabou de descrever, observar a quebra acentuada do total de pessoas que indicaram a fruição de rendimentos como principal meio de vida: quase 140 000 em 1960 (100, em número-índice), cerca de 150 000 em 1970 (105) e menos de 50 000 em 1981 (35). Para além de quaisquer eventuais modificações de critérios estatísticos, esse declínio revela, provavelmente, o recuo de certas fontes de rendimento (propriedades fundiárias, imóveis urbanos, etc.) e a sua substituição por soluções mais difusas...

Quanto à segunda tendência inicialmente referida, que se prende com o desenvolvimento de actividades «ocultas» e «autónomas», torna-se ainda mais problemática qualquer apreciação. Embora as questões relacionadas com a «economia subterrânea» pareçam interessar um número crescente de autores portugueses, os resultados até agora publicados têm-se limitado a avaliações macroeconómicas (A. Neves, M. M. Godinho e N. R. Silva, 1983; J. Albano Santos, 1983) ou a estudos de casos localizados (por exemplo, M. Villaverde Cabral, 1983). Pelo contrário, a expansão quer do «mercado de trabalho secundário», quer de diferentes situações de plurirrendimento e pluriactividade, é susceptível de comprovação empírica regionalizada, que, não sendo totalmente satisfatória, indicia, ainda assim, alguns aspectos importantes.

A análise que se segue, e que pretende identificar e compreender os principais vectores da transformação social ocorrida ao longo da década de 70, com particular incidência para a sua dimensão territorial, baseia-se fundamentalmente na informação publicada nos últimos *Recenseamentos Gerais da População* e, acessoriamente, em material incluído noutras estatísticas disponíveis. Por essa razão, e tendo em conta o conjunto de limitações referido, é basicamente a *face oficial da população activa*, burocraticamente detectável, que será aqui surpreendida, embora se procure estabelecer uma relação tanto quanto possível estreita com alguns dos aspectos que, pela sua natureza, tendem a escapar-se por entre as malhas da contabilização estatística.

Justifica-se, por último, uma observação acerca dos marcos temporais retidos. De facto, os anos de 1970 e 1981 não possuem qualquer significado especial na evolução da sociedade portuguesa. Pelo contrário, 1974 corresponde não poucas vezes, por razões internas, mas também externas, a momentos de relativa ruptura. A amplitude das transformações ocorridas após aquela data justifica, pois, que a maior parte das situações detectadas em relação à década de 70 tenham sido, na realidade, desencadeadas a partir daquele ano. O resultado final traduz, contudo, o carácter híbrido do período considerado, podendo os valores respeitantes aos primeiros quatro anos anular parcialmente algumas das tendências posteriores.

1. RECOMPOSIÇÃO SOCIAL: PROCESSOS EM ACÇÃO

A evolução da estrutura social portuguesa nas últimas duas décadas permite evidenciar diversas linhas de continuidade: declínio das classes e fracções de classes relacionadas com a agricultura, estagnação relativa do sector industrial, terciarização, feminização e, em termos territoriais, urbanização e litoralização constituem os aspectos mais comumente apontados. Contudo, uma análise rigorosa dos vários processos em acção permite

detectar que por detrás do carácter aparentemente linear dessas tendências se ocultam forças que não raro actuam de modo contraditório. De facto, a continuidade ou mesmo a estabilidade que parecem caracterizar longos períodos da sociedade portuguesa resultam, por vezes, não tanto de situações «reais», mas antes de análises incapazes de captar o sentido e a natureza dos diferentes mecanismos em jogo e de reconhecer, para além de resultados formalmente semelhantes, a existência de importantes modificações qualitativas.

Por outro lado, a amplitude das transformações ocorridas a partir de 1974, com a deflagração do Movimento de 25 de Abril, o desenvolvimento da crise internacional e, como consequência, o reformular da inserção de Portugal na divisão internacional do trabalho, pode contribuir para ocultar possíveis linhas de continuidade que tenham sobrevivido ao longo de toda a década de 70.

Continuidade e ruptura marcam, pois, o período a analisar. Resta a tarefa, que não é fácil, de contribuir para dilucidar o modo como ambos os aspectos se desenvolvem, articulam ou excluem durante esse conjunto de anos; é precisamente com esse objectivo que a maior parte das análises a efectuar terão 1960 como ponto de partida.

No quadro n.º 2 inscrevem-se os valores, por sexos, relativos aos totais de população residente e activa⁶ e ainda as taxas de actividade para os três anos considerados (1960, 1970 e 1981). As evoluções verificadas em cada uma das décadas, geralmente de sentido oposto (o aumento da participação do sexo feminino no mercado de trabalho «oficial» constitui a única excepção), confirmam a necessidade de se levar em conta, nas observações que se seguem, as precauções anteriormente apontadas.

**Evolução da população residente e activa e respectiva
taxa de actividade entre 1960 e 1981**

(QUADRO N.º 2)

População		1960	1970	△ 1960-70 (porcen- tagem)	1981	△ 1970-81 (porcen- tagem)
População residente	H	3 971 316	3 835 265	- 3.4	4 501 924	17.4
	M	4 321 659	4 239 710	- 1.9	4 834 836	14.0
	HM	8 292 975	8 074 975	- 2.6	9 336 760	15.6
População activa com profissão	H	2 542 005	2 198 800	- 13.5	2 421 425	10.1
	M	584 240	789 370	35.1	1 258 042	59.4
	HM	3 126 245	2 988 170	- 4.4	3 679 467	23.1
Taxa de actividade	H	64.0 %	57.3 %	- 10.5	53.8 %	- 6.1
	M	13.5 %	18.6 %	37.8	26.0 %	39.8
	HM	37.7 %	37.0 %	- 1.9	39.4 %	6.5

Fonte: INE.

⁶ O limiar etário inferior na contagem da população recenseada como activa passou de 10 anos em 1960 para 12 em 1981. As consequências dessa amputação apenas poderão, eventualmente, afectar com algum significado o grupo de não remunerados da agricultura. A evolução ocorrida entre 1960 e 1970 e algumas modificações posteriores (como, por exemplo, o alargamento dos níveis de ensino obrigatório) apontam, contudo, para um total certamente inferior a 15 000 activos com 10 e 11 anos, valor esse que, distribuído pelas diferentes classes e fracções de classes, não parece suficiente para alterar substancialmente os resultados obtidos.

A observação da informação contida no quadro n.º 3 permite detectar, de imediato, alguns dos aspectos fundamentais no que se refere às classes e fracções de classes individualizadas para o sector agrícola:

1.1.1 Declínio acentuado e sistemático por parte da burguesia (indivíduos estatisticamente definidos como «patrões») e do proletariado («assalariados»), acompanhado por um agravamento da taxa de assalariamento (número de assalariados por patrão), já que, no primeiro caso, a quebra é mais marcada do que no segundo.

A redução do total de patrões, sobretudo pequenos, correspondeu, desde o início da década de 60, a uma transferência para a situação de «isolados», ou, menos frequentemente, ao abandono das próprias actividades agrícolas, por motivos de idade ou porque preteridas a favor de outros sectores. Num caso como no outro, é a marginalização da agricultura que se destaca: subutilização das explorações, recuo da componente mercantil, etc. A expansão do campesinato e o avanço, a título individual, mas sobretudo no seio do agregado familiar, de diversas formas de plurirrendimento e pluriactividade constituem o contraponto desta situação e serão posteriormente analisadas. Repare-se ainda que o abandono das actividades agrícolas não raramente se torna apenas possível com base no alargamento da mobilidade geográfica, de carácter mais ou menos definitivo (emigração, deslocação para os principais centros urbanos e áreas industriais) ou de âmbito pendular. Isto é, a rigidez dos mercados de trabalho locais, agravada, neste caso, pela rigidez da estrutura fundiária, coloca os processos de mobilidade social em estreita dependência dos de mobilidade geográfica, situação que ganha particular relevo nas áreas rurais.

A simples retracção do total de patrões contribuiu para «expulsar» parte dos assalariados agrícolas existentes. Mas o facto de se tratar, na sua maioria, de pequenos patrões permite deduzir a reduzida importância dessa componente no conjunto do processo detectado. De facto, a quebra considerável que tem vindo a afectar o proletariado parece concretizar-se por três vias fundamentais: *abandono*, por motivos de idade, das tarefas agrícolas, sem substituição por parte de elementos da geração seguinte; *libertação*, por ascensão à situação de camponês (geralmente rendeiro) ou pela conquista de postos de trabalho em actividades de outros sectores (em especial na construção civil), com recurso, ou não, a uma das modalidades de deslocação geográfica anteriormente referidas; e, finalmente, *expulsão* como consequência do avanço da mecanização e, em geral, de formas tecnologicamente mais intensivas de explorar a terra ou por desaparecimento de parte do sector patronal. Estas diferentes vias e «subvias», que não monopolizam, certamente, a explicação do movimento de retracção em causa, apresentam, contudo, incidências histórica e geograficamente bastante diferenciadas.

O conhecimento pormenorizado da forma como cada uma delas contribuiu, ao longo destes últimos vinte anos, para reduzir o número de assalariados na agricultura permitiria, talvez, matizar o carácter de continuidade de que este processo se parece revestir. Infelizmente, a inexistência de informação empírica apropriada impossibilita qualquer análise sistemática desenvolvida nesse sentido.

Evolução das classes e frações de classes relacionadas com a agricultura

(QUADRO N.º 3)

Classes e frações de classes	Sexo	1960		1970		1981		1960-70		1970-81	
		Total	Porcentagem	Total	Porcentagem	Total	Porcentagem	Valores absolutos	Porcentagem	Valores absolutos	Porcentagem
Burguesia	H	70 669	2,1	15 975	0,6	7 298	0,2	77,4	71,4	54,3	66,7
	M	5 408	0,2	1 350	0,06	1 242	0,03	75,0	70,0	8,0	50,0
	HM	76 077	2,3	17 325	0,6	8 540	0,2	77,2	73,9	50,7	66,7
Proletariado	H	857 201	25,8	376 145	13,2	184 215	5,1	56,1	48,8	51,0	61,4
	M	81 484	2,5	83 640	3,0	78 635	2,1	2,7	20,0	6,0	30,0
	HM	938 685	28,3	459 785	16,2	262 850	7,2	51,0	42,8	42,8	55,6
Campe sinato	H	258 078	7,8	293 410	10,3	209 524	5,8	13,7	32,1	28,6	43,7
	M	16 817	0,5	39 925	1,4	124 809	3,4	137,5	180,0	212,6	142,9
	HM	274 895	8,3	333 335	11,7	334 333	9,2	21,3	41,0	0,3	21,4
Não remunerados	H	177 507(a)	5,3(a)	55 385	2,0	29 597	0,8	?	?	46,6	60,0
	M	16 849(a)	0,4(a)	44 525	1,5	48 318	1,3	?	?	8,5	13,3
	HM	194 356(a)	5,7(a)	99 910	3,5	77 915	2,1	?	?	22,0	54,8
Total	H	1 363 455(a)	41,0(a)	740 915	26,1	430 634	11,8	45,7	36,3	41,9	52,9
	M	120 558(a)	3,6(a)	169 440	6,0	253 004	6,9	40,5	66,6	49,3	15,0
	HM	1 484 013(a)	44,6(a)	910 355	32,1	683 638	18,7	38,7	28,0	24,9	41,7

(a) Inclui, por impossibilidade de maior desagregação, os não remunerados dos restantes sectores de actividade. O seu baixo total, contudo, não altera de modo significativo valores calculados.

Fonte: INE.

Pelo contrário, a observação dos padrões de implantação geográfica do proletariado agrícola em 1970 e 1981 permite tecer algumas considerações adicionais. Nas figuras 1 e 2 comparam-se as distribuições regionais daquele grupo social, com base nos valores percentuais concelhios. Em ambos os casos, como aliás nos mapas referentes às restantes classes e fracções de classes, distinguiram-se três níveis de implantação: média (valores próximos da média nacional⁷: $\bar{x} + 1/2 \sigma$), fraca e forte (respec-

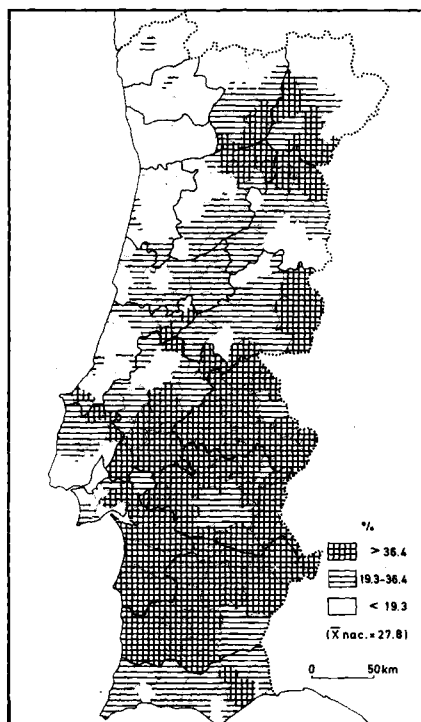


Fig. 1 - Proletariado Agrícola, 1970

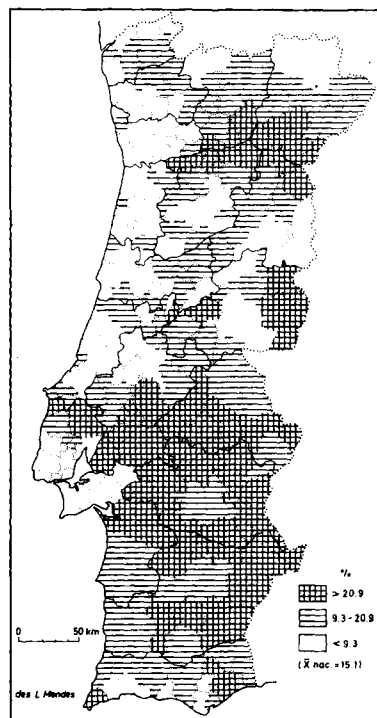


Fig. 2 - Proletariado Agrícola, 1981

tivamente abaixo e acima daqueles limites). Repare-se que, para cada um dos anos, aqueles níveis se reportam, naturalmente, à respectiva média. Assim sendo, a comparação directa de dois mapas não revela tanto se uma dada classe social «melhorou» ou não a sua incidência percentual num determinado concelho, mas antes em que medida acompanhou a tendência nacional (manutenção no mesmo nível de implantação), ou, pelo contrário, sofreu uma evolução francamente mais positiva (passagem a um nível superior) ou negativa (descida de nível).

A análise da figura 2 exige ainda um outro comentário prévio. Na realidade, as transformações despoletadas em 1974, e nomeadamente a Reforma Agrária, contribuíram para a expansão de diversas formas de

⁷ As percentagens aqui representadas correspondem à média dos valores concelhios, e não à globalidade do País: daí que se afastem, por vezes consideravelmente, dos resultados incluídos nos quadros n.ºs 3, 5 e 6.

produção de tipo associativista, com particular relevo, em virtude do volume de emprego que mantêm, para as UCPs. O estatuto dos trabalhadores que aí desenvolvem a sua actividade coloca problemas evidentes, dada a situação específica em que se encontram. A. de Barros e F. Ribeiro Mendes, 1983, chamam a atenção para o facto de, embora aqueles trabalhadores se aproximem, por um lado, dos activos de carácter familiar (posse da terra e dos meios de produção), por outro se distinguirem claramente, não só como consequência da organização colectiva do trabalho, mas sobretudo por «as cooperativas e UCPs praticarem o sistema de remuneração salarial, em geral alinhado pelas tabelas que regulam o assalariamento agrícola na região, em lugar de haverem adoptado a norma de repartição proporcional dos resultados produzidos» (p. 74). Ainda que com algumas dúvidas, adoptou-se esse mesmo critério, pelo que a comparação dos resultados incluídos nas figuras 1 e 2 deve ter esse aspecto em consideração.

O proletariado agrícola corresponde não só a uma das classes com maior decréscimo entre 1970 e 1981, mas também à única cuja distribuição espacial se tornou mais desequilibrada entre aquelas duas datas. A análise dos valores dos coeficientes de variação permite notar que os resultados relativos a este grupo se agravaram em termos absolutos ($CV_{1980} = 0.61$ e $CV_{1981} = 0.77$) e sobretudo relativos, já que de uma posição médio-elevada em termos de uniformidade espacial, quando comparado com as restantes classes e fracções, passou para o penúltimo lugar, sendo o carácter desequilibrado da sua distribuição territorial apenas superado pelo dos «não remunerados». Esses resultados significam que, em termos relativos, as áreas onde o proletariado agrícola alcançava percentagens mais elevadas — na generalidade, o vale do Douro e o Alentejo — reforçaram ainda mais a sua «distância social» em relação aos restantes concelhos do País.

Uma comparação atenta das figuras 1 e 2 possibilita graduar um pouco a afirmação anterior. Na realidade, a manutenção de implantações fortes para esta classe parece corresponder, em grande parte, a três situações relativamente distintas:

- a) Concelhos com predomínio de explorações patronais «modernas» ou, pelo menos, claramente orientadas para o mercado: Ribatejo, municípios da parte oeste do Alentejo e, talvez, área do Douro;
- b) Concelhos que sofreram um impacto mais profundo e duradouro da Reforma Agrária. Curiosamente, sobrepõem-se parcialmente, ao nível espacial, ao grupo anterior, o que sugere que o factor acessibilidade a Lisboa — por inércia («herança» de propriedades melhor apetrechadas porque mais próximas do local de residência dos ex-proprietários) ou em virtude da forma como se desenvolveram os movimentos sociais que desembocaram na institucionalização de muitas das UCPs existentes (privilegiando, em certa medida, a parcela do Alentejo entre Lisboa e Évora e municípios contíguos) — não parece ser menosprezável, mesmo quando confrontado com outros de carácter ecológico;
- c) Concelhos mais pobres do Alentejo, de localização marginal em relação aos principais centros de emprego e eixos viários. Uma análise mais pormenorizada permitiria, talvez, incluir alguns dos municípios da área do Douro neste conjunto.

A persistência, neste último caso, de valores percentuais elevados de proletariado agrícola constitui, provavelmente, um dos melhores exemplos

dos resultados da existência de um mercado de trabalho local extremamente rígido, em relação ao qual se pode talvez mesmo falar de saturação. É interessante, nesse sentido, e por oposição, compreender os mecanismos que permitiram amortecer as consequências do movimento de expulsão ou, por outro lado, propiciaram a libertação de assalariados da agricultura nas parcelas do Alentejo onde a quebra deste grupo mais se fez sentir — parte nordeste do distrito de Portalegre e oeste de Beja: a existência prévia de um sector de campesinato relativamente desenvolvido, que funcionou como «retaguarda» protectora, no primeiro caso; o impacte, directo ou indirecto, do pólo de Sines, no segundo. Ora nas áreas incluídas em c), longe de mercados de trabalho dinâmicos e onde o campesinato não alcança uma expressão significativa, a solução é migrar, normalmente para a região de Lisboa ou, recentemente, para Sines. Mas mesmo os poucos que ficam são de mais para as (reduzidas) exigências de mão-de-obra no local: as mulheres são aqui as grandes sacrificadas, pelo que estes concelhos são os únicos, para além de alguns casos pontuais onde dominam indústrias tradicionais em crise (conservas, vidro, etc.), em que a percentagem de força de trabalho feminina diminuiu entre 1970 e 1981⁸. Se se diferenciasse, no interior do proletariado agrícola, uma fracção «central» e uma outra «marginal», com base em critérios que levassem em conta o grau de precariedade do trabalho desenvolvido e, em geral, a forma como as explorações agrícolas «empregadoras» se inserem no processo global de valorização do capital (M. Graziosi, 1978, P. Braghin, E. Mingione e P. Trivellato, 1978), fácil seria atribuir o estatuto máximo de marginalidade aos assalariados agrícolas/ /concelhos incluídos neste grupo.

O declínio acentuado do proletariado nos campos, embora generalizado, confronta-se, ainda assim, com duas interessantes excepções ao nível regional. De facto, verificam-se aumentos, relativos ou mesmo absolutos, em duas áreas do País que, pelas suas características comuns (regiões de montanha), não deixam de sugerir a presença de factores comparáveis: concelhos que se repartem, respectivamente, pelas serras do Soajo/Gerês/ /Barroso e, a sul do Douro, Montemuro/Freita/Caramulo. A amplitude e o significado dessa tendência exigem, contudo, uma análise mais aprofundada, de modo a esclarecer até que ponto esse avanço se relaciona, ou não, com alterações da estrutura fundiária, da ocupação do solo ou, o que parece mais provável, com a introdução ou expansão de formas de pecuária intensiva.

1.1.2 Avanço do campesinato (indivíduos classificados estatisticamente como «isolados») para ambos os sexos entre 1960 e 1970 e apenas para o sector feminino entre esta última data e 1981.

Como se evidenciou no ponto anterior, a evolução desta classe encontra-se intimamente relacionada com a da burguesia e a do proletariado agrícola: no primeiro caso, bastante mais importante, pela passagem de numerosos pequenos patrões à situação de «isolados»; no segundo, através da ascensão ao estatuto de camponês, geralmente rendeiro. Trata-se, para os primeiros, de uma estratégia fundamentalmente «defensiva», enquanto

⁸ Essa diminuição deve, aliás, ser mais acentuada do que aquela que transparece da informação estatística disponível, já que um sector considerável das assalariadas rurais apenas sazonalmente assume esse estatuto, pelo que algumas delas terão sido, muito provavelmente, recenseadas como «domésticas» ou mesmo «isoladas».

para os últimos se observa um comportamento «ofensivo» em termos de mobilidade social. Isto é, os comentários desenvolvidos anteriormente tornam claro que o conjunto «isolados»/campesinato acolhe situações bastante díspares.

De facto, em trabalho anterior, relativo aos anos 60 (J. Ferrão, 1982-a), foi possível identificar a ocorrência de dois núcleos no interior deste conjunto, polarizados, respectivamente, por explorações orientadas para o autoconsumo, com fraquíssimo desenvolvimento das forças produtivas, recorrendo, com uma intensidade acima da média, à ajuda de «não remunerados» e localizando-se em áreas geralmente adversas em termos físicos e de acessibilidade, e, no outro extremo, por formas de produção mercantil modernas, com relativo desenvolvimento tecnológico. Mas a análise que então se efectuou encontrava-se fortemente limitada pelo facto de se basear em casos individuais, desinseridos dos respectivos agregados familiares.

Na realidade, e ao longo dos anos 60, o incremento da oposição campesinato «tradicional»/«moderno» é acompanhado, e mesmo favorecido, pela abertura de um número crescente de famílias camponesas a actividades desenvolvidas no exterior. Isto é, o peso das famílias camponesas «puras» tende a diminuir a favor das «famílias de campesinato parcial» (J. Ferreira de Almeida, 1982), em que um ou mais elementos do agregado encontram no exterior fontes de rendimento complementares ou mesmo alternativas. Paralelamente, as remessas de familiares emigrados e o alargamento dos benefícios da Previdência Social (reformas, pensões, etc.) contribuem para diversificar ainda mais as origens dos rendimentos do agregado. É, afinal, no campo específico da agricultura, a concretização das tendências apresentadas no início deste artigo: recuo relativo da esfera produtiva e, dentro desta, do trabalho «formal», dinamismo de alguns dos segmentos mais marginais da força de trabalho e, finalmente, multiplicação dos casos de pluriactividade e plurirendimento.

Não cabendo neste local uma explicação aprofundada sobre este conjunto de transformações (com esse propósito veja-se, por exemplo, J. Ferreira de Almeida, 1982; A. de Barros e F. Ribeiro Mendes, 1983, e F. Cabral Cordovil, 1984), pode, ainda assim, apresentar-se uma visão sucinta sobre os mecanismos em acção. A amplitude dos movimentos migratórios, contribuindo activamente para o aumento do coeficiente de dependência das populações das áreas de êxodo, mas propiciando-lhes, simultaneamente, fontes alternativas de rendimento, e o avanço do emprego secundário e terciário, acompanhado pela expansão das áreas de recrutamento de mão-de-obra (movimentos pendulares), parecem corresponder aos factores que, de forma decisiva, concorreram, ao longo dos anos 60, para o crescente recurso a situações de plurirendimento e pluriactividade por parte da família camponesa. Durante a década de 70, e sobretudo a partir de 1974, outros vectores podem ser identificados: o relativo esgotamento do processo emigratório, com consequente quebra do total de remessas enviadas e regresso de um número crescente de emigrantes que tendem, não poucas vezes, a reconstituir-se como «famílias de campesinato parcial»; o reforço de diferentes formas de assistência por parte do Estado; o agravamento das condições de vida nas grandes cidades, que fomenta a intensificação de relações com familiares do local de naturalidade, de forma a garantir o abastecimento de certos produtos alimentares, etc. Mais do que apresentar uma listagem pretensamente exaustiva, importa compreender que mecanismos com diferentes «temporalidades» contribuíram, cumulativamente, para subalternizar a agricultura como fonte de rendimentos, levando mesmo

a excluir segmentos crescentes do campesinato da esfera mercantil. Paralelamente, a expansão do sector moderno tende a organizar-se, de forma cada vez mais evidente, na dependência da indústria agro-alimentar. A dicotomia campesinato «tradicional»/«moderno», tal como foi anteriormente apresentada, parece mais correcto, pois, contrapor uma outra, ou seja, aquela que opõe o campesinato «*retaguarda de outras actividades e rendimentos das famílias*» (F. Cabral Cordovil, 1984, p. 25), cuja função primordial é a de contribuir para a reprodução de força de trabalho, ao campesinato actuando sob a lógica da valorização do capital e, por isso, plenamente integrado na esfera mercantil.

Alguns dos processos referidos podem, aliás, ser parcialmente confirmados se se atentar na participação de cada um dos sexos para o total de camponeses recenseados. De facto, enquanto o conjunto de elementos femininos apresenta taxas de crescimento bastante acentuadas em ambas as décadas (quadro n.º 3), os indivíduos do sexo masculino denotam uma situação positiva durante os anos 60, mas negativa a partir de 70. Torna-se assim possível supor um certo esgotamento do processo que, numa primeira fase, provavelmente mais concorreu para a expansão desta classe — passagem, por parte de numerosos pequenos patrões, ao estatuto de «isolado» —, a favor de um outro que, não sendo inédito, assume agora proporções até então desconhecidas — o papel de *substituição* que é atribuído à mulher quando o homem se transfere para outra actividade, desenvolvida no local ou noutra área do País ou do estrangeiro.

O avanço da participação feminina no seio do campesinato não se reduz, contudo, àquele motivo. A leitura comparada das figuras 3 e 4, permitindo realçar os concelhos onde aquele grupo superou claramente a evolução definida para o conjunto do País, com a das figuras 5 e 6, onde se cartografa a percentagem de população activa daquele sexo⁹, possibilita a identificação de duas estratégias distintas de incorporação da mulher doméstica-camponesa na população activa oficial: uma, de subalternização das actividades agrícolas, em que o trabalho feminino aparece como *substituto* do homem; outra, de expansão e intensificação dessas mesmas actividades, em que esse recurso desempenha um papel *complementar*¹⁰. Duas áreas do País onde se verificaram acréscimos acentuados no que se refere à percentagem de mão-de-obra feminina entre 1970 e 1981 exemplificam com clareza esses dois percursos. Nos concelhos correspondentes, grosso modo, à cordilheira Central (de Vila Nova de Ourém a Pampilhosa), a mulher assume um estatuto fundamentalmente residual. Pelo contrário, na região da serra do Caramulo, ou ainda nos municípios do litoral compreendidos entre Aveiro e Figueira da Foz, a expansão da criação de gado leiteiro justifica uma maior participação nas actividades da exploração por parte da mulher, que assim passa, para efeitos estatísticos, de «doméstica» a «camponesa».

Escasseiam, infelizmente, análises que tenham em conta o modo como a família camponesa tem conseguido desenvolver estratégias de sobrevivência em relação ao que J. Ferreira de Almeida, 1982, denominou «pro-

⁹ Estes valores dizem respeito ao conjunto da população activa, e não apenas à que se ocupa na agricultura. Nas áreas rurais, porém, é esta que domina claramente, pelo que a leitura comparada que se propõe não perde significado. Sobre o papel da mulher na agricultura portuguesa veja-se C. Cavaco, 1981-a.

¹⁰ Num caso como no outro, a redução da dimensão média do agregado familiar e o alargamento dos níveis de ensino obrigatório tendem a acelerar a entrada da mulher camponesa no mundo oficial do trabalho.

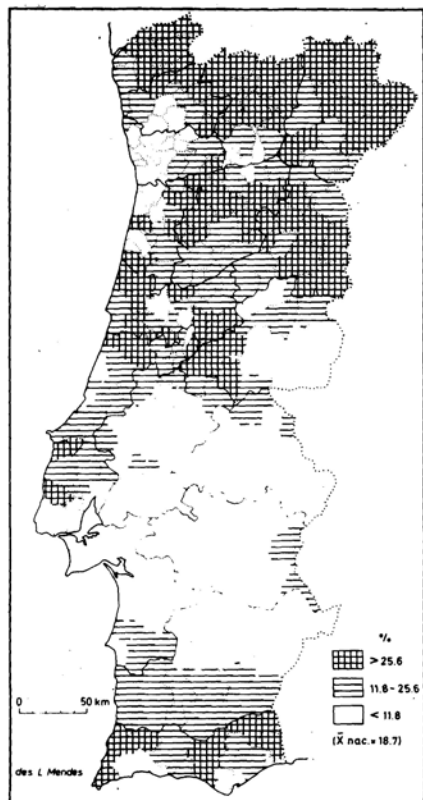


Fig. 3 - Campestinato, 1970

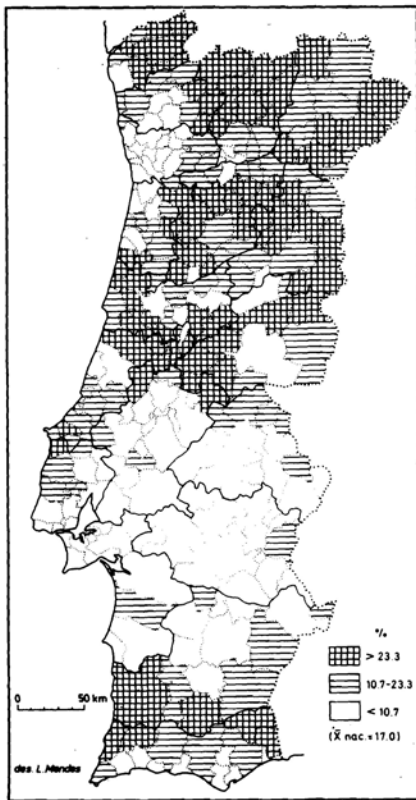


Fig. 4 - Campestinato, 1981

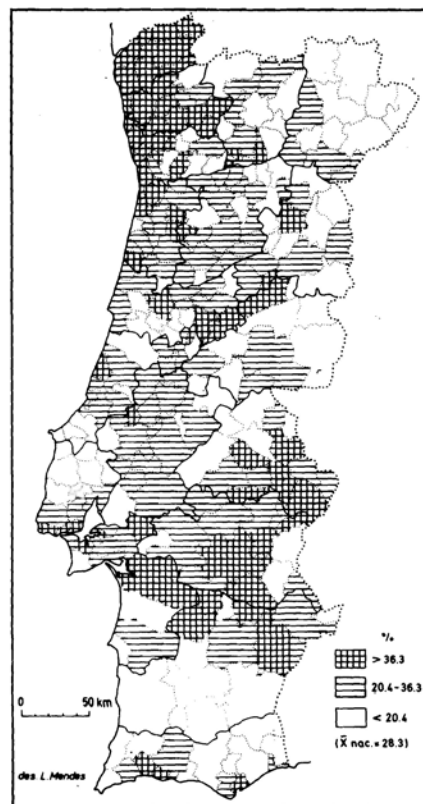


Fig. 5 - População Activa Feminina, 1970

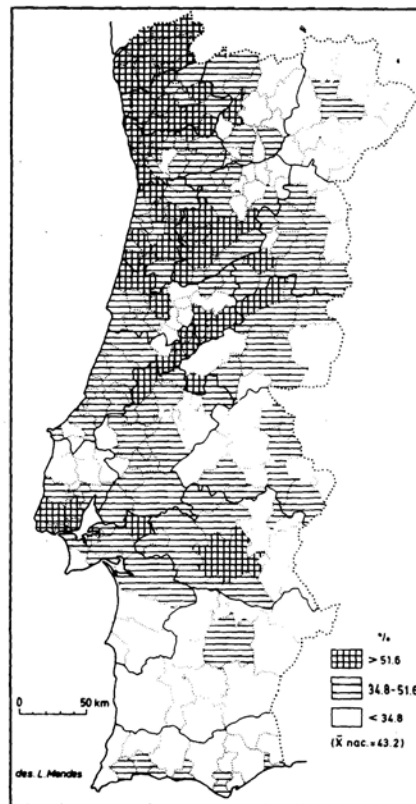


Fig. 6 - População Activa Feminina, 1981

gressiva inviabilização da actividade agrícola exclusiva» (p. 445). É pois com extrema prudência, e tendo como referência obrigatória o trabalho acima citado, que se podem tecer alguns comentários provisórios a partir da informação contida no quadro n.º 4, construído com base nos dados publicados no *Recenseamento Agrícola* de 1979.

A partir do cruzamento do tempo despendido pelo produtor individual e pelos restantes membros do agregado familiar na exploração e no seu exterior individualizaram-se seis grupos para os quais se apresenta o total de indivíduos englobados, o peso percentual das pessoas recenseadas e, finalmente, o grau de participação dos elementos do sexo masculino.

De uma maneira geral, e no que se refere aos membros sem actividade remunerada no exterior da exploração, parece lícito afirmar que o grupo 1 inclui sobretudo crianças e, secundariamente, pessoas incapacitadas para o trabalho, por motivo de doença ou de idade; o grupo 3 é constituído basicamente por domésticas e estudantes, que, de forma complementar, dão o seu contributo para a realização de algumas tarefas agrícolas; e no grupo 5 encontram-se os indivíduos que asseguram o essencial das actividades da exploração. Não deixa de ser interessante verificar que o total de indivíduos englobados neste último grupo (quase 800 000) ultrapassa em mais de 400 000 o número de «isolados» recenseados em 1981. Mesmo tendo em conta as disparidades que resultam, inevitavelmente, da utilização de fontes diversas, e que, para mais, se referem a anos diferentes, esse resultado é suficientemente elevado para suscitar alguns comentários: de facto, ele permite salientar o papel de indivíduos que, no *Recenseamento Geral da População*, foram certamente classificados, quanto à condição perante o trabalho, como domésticas e reformados¹¹, ou ainda distribuídos pelas categorias «incapacitados para o trabalho» e «outros», mas qualificados como «pessoas vivendo de pensões» no que diz respeito ao principal meio de vida. A acreditar nos valores calculados e no seu significado, conclui-se que o trabalho nos campos ultrapassa em muito a amplitude que se poderia deduzir do total de activos recenseados neste sector, sobretudo porque a parcela correspondente a reformados e pensionistas não deve ser desprezável, revelando o envelhecimento das populações rurais, por um lado, e a expansão do fenómeno de plurirrendimento, pelo outro. Repare-se ainda que, para estes três grupos sem actividades remuneradas no exterior da exploração, o sexo feminino é sempre claramente dominante, apenas se aproximando de uma situação mais equilibrada no grupo 1, isto é, no conjunto que, por ser essencialmente constituído por crianças, não contribui significativamente para a execução de tarefas agrícolas.

Quanto aos grupos restantes, bastará, por agora, chamar a atenção para o facto de a articulação com o exterior privilegiar geralmente, em 2 e 4, as actividades de carácter industrial (incluindo a construção civil) — pelo que apenas adiante serão objecto de alguns comentários —, enquanto em 6 se incluem basicamente semiproletários agrícolas. Nos três casos, no entanto, é o sexo masculino que domina de forma evidente. Confirma-se assim o papel de *substituição* que é atribuído à mulher, mas também a velhos e jovens estudantes — que constituem o que J. Madureira Pinto, 1981, denominou «exército agrícola de recurso» —, e, paralelamente, a importância do

¹¹ Recorde-se, a propósito, o incremento que este grupo observou durante a década de 70 (quadro n.º 1).

**Tempo de actividade do produtor individual e das pessoas do agregado familiar,
por actividade remunerada fora das explorações**

(QUADRO N.º 4)

Tempo de actividade		Actividade na exploração								
		Sem actividade			Com actividade					
					50% do tempo de actividade			≥ 50% do tempo de actividade		
		Total		Percentagem de pessoas do sexo masculino	Total		Percentagem de pessoas do sexo masculino	Total		Percentagem de pessoas do sexo masculino
		Valores absolutos	Percentagem		Valores absolutos	Percentagem		Valores absolutos	Percentagem	
Actividade remunerada fora da exploração	Sem actividade	434 319	17,8	42,1	458 689	18,7	34,8	788 696	32,2	39,0
		(Grupo 1)			(Grupo 3)			(Grupo 5)		
	Com actividade	176 183	7,2	66,0	447 332	18,3	77,3	141 171	5,8	74,8
		(Grupo 2)			(Grupo 4)			(Grupo 6)		

Fonte: INE.

homem na agricultura a tempo parcial (grupo 4)¹², desenvolvida sobretudo aos fins-de-semana, como complemento da sua actividade no exterior da exploração.

As figuras 7, 8 e 9 representam a distribuição espacial dos resultados referentes aos grupos 1, 3 e 5 do quadro n.º 4. Como em casos anteriores, consideram-se três níveis de implantação, definidos em relação às respectivas médias. Revela-se sobretudo interessante detectar os concelhos onde cada um daqueles três grupos se encontra «sobre-representado» em relação à repartição observada para o País. De facto, a disposição dos conjuntos segundo o grau de participação activa na exploração (1→3→5) parece encontrar correspondência, em termos espaciais, numa localização sucessivamente menos marginal. Ou, mais correctamente, poderá talvez dizer-se que, enquanto os dois primeiros revelam posições de clara *marginalização territorial*, distinguindo-se entre si por se encontrarem sobretudo implantados em áreas com o predomínio de, respectivamente, proletariado agrícola (figura 2) e campesinato (figura 4), o terceiro desfruta de uma localização *periférica*, distribuindo-se, em grande parte, segundo uma coroa que envolve a área metropolitana do Porto e os concelhos altamente industrializados que a circundam. Isto é, e dado que, nos três casos, os grupos «sobre-representados» se desenvolvem no interior da exploração, sem qualquer actividade no exterior, parece possível avançar, com a prudência que as limitações anteriormente reveladas aconselham, que as figuras 7 e 8 traduzem essencialmente situações de *plurirrendimento não acompanhado por pluriactividade* (importância de remessas de familiares, pensões, reformas, etc.), enquanto na figura 9 são as *explorações (semi)familiares fortemente mercantilizadas* (policultura intensiva, criação de gado, produção de leite, etc.) que parecem prevalecer. A ser correcta esta diferenciação, torna-se possível individualizar, com aproximação razoável e tendo como ponto de referência a repartição observada para o conjunto do País, três tipos de situação que tendem a ocupar parcelas distintas do território nacional: plurirrendimento baseado na pluriactividade, que adiante se analisará (figuras 14 e 15) (localização *central*); autonomia relativa concretizada pela inserção na esfera mercantil (localização *periférica*); e, finalmente, plurirrendimento com fraca ou mesmo nula incidência de pluriactividade (localização *marginal*). Presentemente, a família camponesa como local de reprodução da força de trabalho, no sentido *forte* do termo, corresponde, portanto e no fundamental, ao primeiro caso. Mas também no terceiro essa função se encontra presente, embora assumindo aspectos distintos pelo facto de se desenvolver «à distância». É, afinal, a tradicional ligação «à terra», que o agravamento das condições de vida nos grandes centros urbanos e, paralelamente, o desenvolvimento de processos de conservação de produtos alimentares¹³ (como a arca frigorífica, que tanto tem maravilhado diversos autores) e a facilidade crescente de transportes (os «expressos» mais ou menos clandestinos que, cómoda e rapidamente, asseguram ligações com qualquer área do País e as deslocações em veículo próprio durante as férias, por exemplo) têm vindo a acentuar. Donde vem, afinal, grande parte das

¹² Para uma visão dos aspectos regionais da agricultura a tempo parcial nas décadas de 50 e 60 veja-se C. Cavaco, 1981-b.

¹³ Uma das ironias da produção capitalista: fomenta-se a perenidade (relativa...) de produtos perecíveis e, paralelamente, apressa-se a caducidade dos bens de consumo durável, através de factores tão distintos como a moda ou a falta de qualidade.

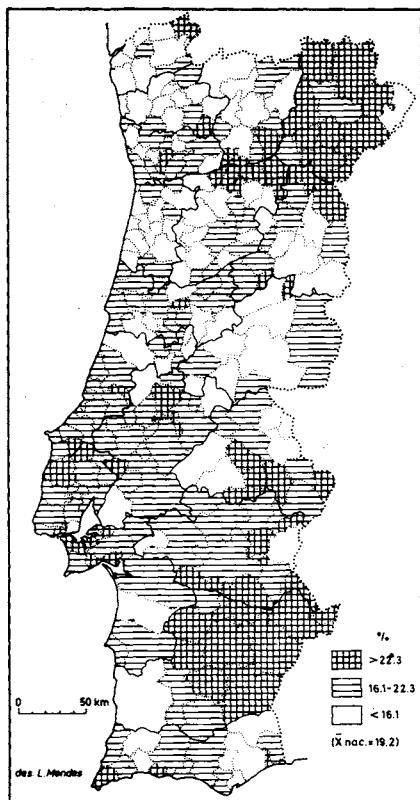


Fig. 7 - Família Camponesa: Pessoas sem Actividade na Exploração ou no Exterior

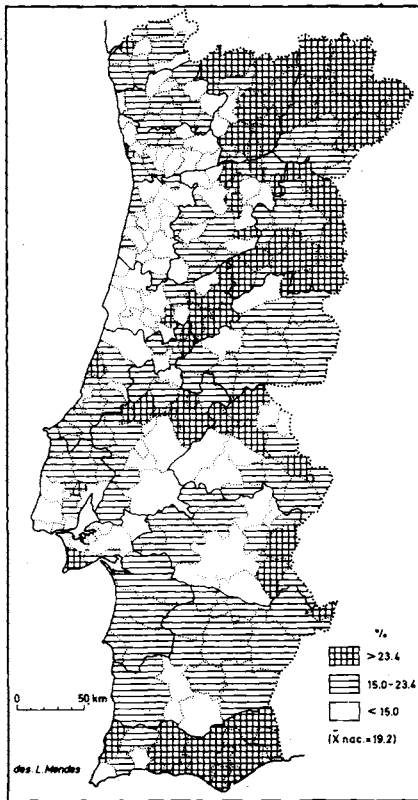


Fig. 8 - Família Camponesa: Pessoas sem Actividade Remunerada no Exterior e com menos de 50% do Tempo de Actividade na Exploração.

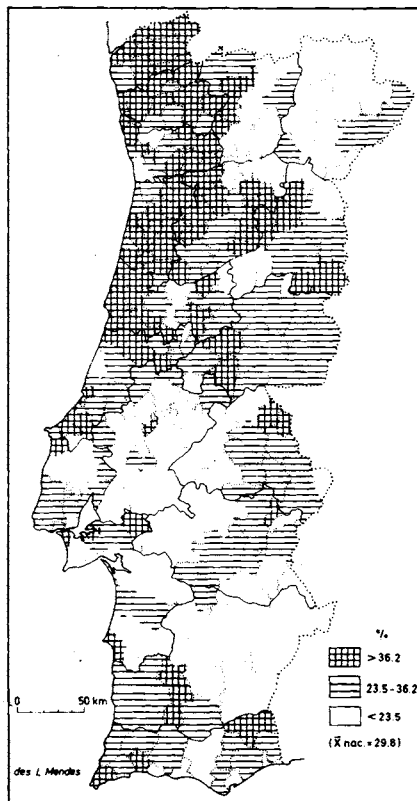


Fig. 9 - Família Camponesa: Pessoas sem Actividade Remunerada no Exterior e com 50% ou mais do Tempo de Actividade na Exploração.

batatas, do azeite ou do vinho consumidos por largas camadas da população urbana?¹⁴

1.1.3 Justifica-se, por fim, um pequeno comentário relativo à participação dos «não remunerados» na agricultura. O facto de este grupo não se encontrar internamente discriminado pelos vários sectores de actividade em 1960 impossibilita uma análise retrospectiva comparável às que entretanto se efectuaram. Por outro lado, a consideração, em 1981, da idade de 12 anos, e não de 10, como até aí acontecera, como limiar inferior para a contagem de população activa amputou-lhe certamente uma parcela não menosprezável de indivíduos. Os decréscimos, em valores absolutos e percentuais, observáveis no quadro n.º 3 podem, pois, ser fictícios, embora o alargamento dos níveis de escolaridade obrigatória, mesmo sem a efectividade que teoricamente deveriam possuir, tenda a actuar nesse sentido.

Este grupo revela, aliás, um padrão de implantação geográfica muito semelhante em 1970 e 1981 (figuras 10 e 11), mantendo-se, como naquela primeira data (J. Ferrão, 1982-a), predominantemente associado às frac-

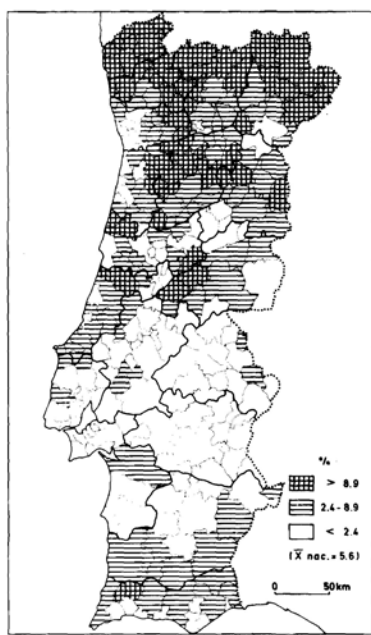


Fig. 10 - Activos Não Remunerados, 1970

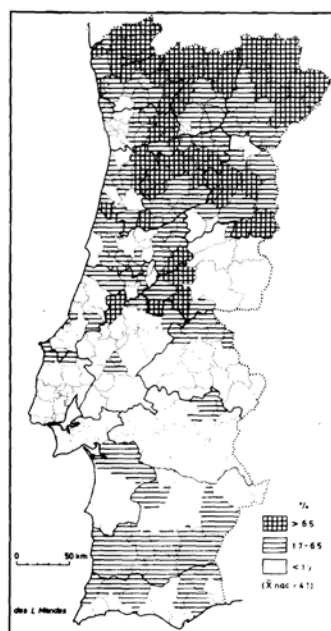


Fig. 11 - Activos Não Remunerados, 1981

ções menos mercantilizadas do campesinato, como parece comprovar o seu recuo nos concelhos junto ao litoral e, pelo contrário, o seu avanço nalgumas áreas mais pobres do interior (planaltos da Beira interior e alguns municípios da cordilheira Central e do Alto Alentejo, por exemplo).

1.2 CLASSES E FRACÇÕES DE CLASSES RELACIONADAS COM A INDÚSTRIA

Se se atentar na participação percentual do conjunto das classes e fracções de classes relacionadas com a indústria no total da população

¹⁴ Veja-se, a título de exemplo, o caso de Alfama, apresentado por A. Costa, 1985.

activa, fácil se torna verificar que, ao contrário do que se observa em relação à agricultura, mas também ao terciário, predomina uma certa estabilidade, sobretudo ao longo dos anos 70. Ela é, contudo, ilusória, já que no interior do sector industrial coexistem diversas linhas de continuidade e de ruptura. Uma análise de maior pormenor, por fracções e sexos, permite evidenciar algumas delas.

1.2.1 A leitura conjunta dos resultados referentes à burguesia e ao proletariado (quadro n.º 5) revela a existência de diferentes situações em cada uma das décadas consideradas: concentração da produção (o número de assalariados por patrão passa de 22 para 52), acompanhada por uma estratégia de recurso privilegiado à mão-de-obra feminina entre 1960 e 1970; proliferação do pequeno e médio patronato, com ligeira preferência pelos proletários do sexo masculino a partir daquela última data. Esse contraste, que seria, aliás, mais vincado se fosse possível reter 1974 como data diferenciadora, prende-se com alterações ocorridas no interior do processo de valorização do capital industrial/financeiro decorrentes de transformações simultaneamente internas e externas ao País.

De facto, um contexto globalmente expansionista, ao nível nacional e internacional, contribuiu, por um lado, para reforçar a inserção de Portugal na divisão internacional do trabalho (com particular relevo para a integração na EFTA) e, pelo outro, para fomentar a procura interna de bens de consumo e de produtos intermédios ao longo dos anos 60. A estrutura industrial consequente desta tendência basear-se-á, em grande medida, em unidades intensivas de trabalho e, naturalmente, com forte participação de mão-de-obra feminina, em especial no caso do sector exportador (de capital estrangeiro ou não). Não admira, portanto, que o número de assalariados por patrão tenha mais que duplicado entre 1960 e 1970. Repare-se que, ainda assim, tanto a burguesia como o proletariado vêm diminuir o total dos seus efectivos entre aquelas duas datas. No primeiro caso, essa quebra reflecte, pelo menos parcialmente, o avultado número de pequenas empresas que, desenvolvidas num ambiente de extremo protecção, foram sobrevivendo com fraquíssimo nível tecnológico, pelo que não conseguiram acompanhar o surto industrial então verificado e acabaram por encerrar as suas portas¹⁵. Este conjunto de falências, mas sobretudo a amplitude do processo emigratório, justificam que, mesmo num contexto industrializante, o valor absoluto de assalariados tenha diminuído 5,4%, embora reforçando a sua participação percentual no total da população activa.

É, pois, este conjunto de mecanismos contraditórios — desenvolvimento de unidades «modernas» de média e grande dimensão, em estreita dependência do exterior/falência de numerosos pequenos estabelecimentos organizativa e tecnologicamente arcaicos; procura de mão-de-obra não qualificada, nomeadamente feminina/surto emigratório — que justifica os resultados presentes no quadro n.º 5.

Nos anos 70, ou, melhor, a partir de 1974, a situação descrita modifica-se consideravelmente. A crise internacional, que se fazia sentir desde finais da década de 60, mas que sofre especial abalo com o primeiro choque petro-

¹⁵ O processo de recuo pequeno patrão/isolado que se detectou no caso da agricultura deve ter sido bastante menos expressivo no interior do sector industrial, embora não se exclua a hipótese de ter contribuído, até certo ponto, para o avanço da pequena burguesia tradicional verificado entre 1960 e 1970 (quadro n.º 5).

Evolução das classes e frações de classes relacionadas com a indústria

(QUADRO N.º 5)

Classes e frações de classes	Sexo	1960		1970		1981		1960-70		1970-81	
		Total	Porcentagem	Total	Porcentagem	Total	Porcentagem	Δ Valores absolutos	Δ Porcentagem	Δ Valores absolutos	Δ Porcentagem
Burguesia	H	45 016	1,4	17 370	0,6	25 378	0,7	- 61,4	- 57,1	46,1	16,7
	M	2 343	0,1	1 115	0,04	2 532	0,1	- 52,4	- 60,0	127,1	150,0
	HM	47 359	1,5	18 485	0,6	27 910	0,8	- 61,0	- 60,0	51,0	33,3
Proletariado	H	852 328	25,7	750 480	26,5	1 027 603	28,2	- 12,0	3,1	36,9	6,4
	M	166 989	5,0	214 120	7,5	283 992	7,8	28,2	50,0	32,6	4,0
	HM	1 019 317	30,7	964 600	34,0	1 311 595	36,0	- 5,4	10,8	36,0	5,9
Pequena burguesia tradicional	H	42 567	1,3	69 775	2,5	99 955	2,7	63,9	92,3	43,3	8,0
	M	13 094	0,4	18 775	0,7	15 020	0,4	43,4	75,0	- 20,0	- 42,9
	HM	55 661	1,7	88 550	3,2	114 975	3,1	59,1	88,2	29,8	- 3,1
Não remunerados	H	?	?	4 930	0,2	6 085	0,2	?	?	23,4	0,0
	M	?	?	2 710	0,1	1 722	0,04	?	?	- 36,5	- 60,0
	HM	?	?	7 640	0,3	7 807	0,2	?	?	2,2	- 33,3
Total	H	939 911(a)	28,3(a)	842 555	29,7	1 159 021	31,8	- 10,4	4,9	37,6	7,1
	M	182 426(a)	5,5(a)	236 720	8,3	303 266	8,3	29,8	50,9	28,1	0,0
	HM	1 122 337(a)	33,8(a)	1 079 275	38,0	1 462 287	40,1	- 3,8	12,4	35,5	5,5

(a) Não inclui, por impossibilidade de discriminação, os não remunerados.

Fonte: INE.

líbero, ocorrido em 1973-74, e as consequências do movimento de 25 de Abril concorrem para pôr em causa o modelo precedente de valorização do capital. Desmantelamento dos grandes grupos económicos, nacionalização das indústrias-base, retracção do investimento directo estrangeiro, elevação do nível de salários, generalização de regalias sociais e nova legislação laboral contribuíram, entre outros factores, para inviabilizar um número crescente de unidades. Mas alguns deles ajudaram, simultaneamente, a criar condições para a eclosão de um surto de novas iniciativas empresariais de pequena e média dimensão. De facto, diversas das medidas então tomadas estancaram o processo de centralização e concentração do capital que se vinha a fazer sentir com especial evidência desde o início dos anos 60. Mas esse tipo de intervenção, constituindo talvez condição necessária, nunca asseguraria, por si só, a expansão do sector de PME's. Na realidade, sobre esse pano de fundo vão convergir, pelo menos, três outros factores: o alargamento da procura interna (incluindo aqui a construção de habitações individuais), com base no aumento dos salários reais e na chegada de cerca de 200 000 ex-emigrantes e de meio milhão de indivíduos oriundos das ex-colónias; a necessidade premente, por parte destes últimos, de refazer a sua vida económica¹⁶, associada à experiência que possuíam nos locais de origem, e, finalmente, porque de importância secundária e posterior no tempo, as políticas estatais favoráveis aos sectores exportadores postas em acção a partir de 1978¹⁷.

Resta chamar a atenção para o facto de este conjunto de factores de *ordem fundamentalmente interna* não esgotarem, certamente, a explicação das tendências em presença. Esta afirmação parece tanto mais relevante quanto é bem evidente que, em diversos países de capitalismo avançado, sem alguns dos condicionalismos apontados para o caso português, uma das estratégias de amortecimento da crise parece passar, em grande medida, pela *desconcentração produtiva* e pelo conseqüente desenvolvimento de pequenas e médias empresas com processos de trabalho e mão-de-obra altamente flexíveis. O peso relativo, no nosso país, dos vários factores indicados é, pois, problemático, mas parece apontar, com algumas excepções regionais, para o predomínio do primeiro grupo, isto é, dos de ordem primordialmente interna.

A superação desta incerteza exigiria o conhecimento da «origem» dos novos pequenos e médios patrões. Alguns estudos parcelares nesse campo (J. R. Lewis e A. M. Williams, 1984; J. Ferrão, 1984) apontam para uma certa coincidência de resultados. No que se refere à actividade anterior, verifica-se a ocorrência de diferentes percursos, conforme o sector em questão, mas que majoritariamente se desenvolvem a partir de dois «pólos emissores»: *indústria e comércio do mesmo ramo*. No seu interior é possível, no entanto, distinguir origens distintas em relação à situação na profissão: trabalho oficial/artesanal, ex-empregados produtivos ou ex-dirigentes, no primeiro caso; retalhistas, representantes/«viajantes» e importadores/

¹⁶ Muitas vezes acompanhada pelo acesso a modalidades de crédito bastante vantajosas (IARN, CIFRE, etc.).

¹⁷ Esse conjunto de medidas contribuiu, nalguns casos, para a autonomização de um número crescente de ex-empregados ou ex-sócios que criaram as suas próprias empresas, em geral sob a forma de sociedades por quotas. Essa proliferação ganhou especial incidência nalguns sectores tradicionais e nalgumas regiões do País, particularmente durante 1978 e 1979.

/exportadores, no segundo. Embora com desigual incidência de sector para sector e, naturalmente, de região para região, o avanço do pequeno e médio patronato, pelo menos nos ramos tradicionais, parece basear-se primordialmente em ex-assalariados produtivos (calçado, madeira, alguns produtos alimentares, tipografias, etc.) e «isolados» da indústria ou do comércio (mobiliário, confecções, etc.), isto é, a expansão desta fracção da burguesia faz-se, em grande parte, por incorporação de indivíduos oriundos do proletariado e da pequena burguesia tradicional.

Também a multiplicação de unidades organizadas juridicamente sob a forma de sociedades por quotas, em detrimento das iniciativas em nome individual, desfruta de alguma influência sobre a expansão numérica de pequenos e médios patrões. Na realidade, o ambiente familiar que não raro caracteriza aquelas empresas permite aos novos «sócios», até aí estatisticamente contabilizados como «assalariados» ou mesmo «domésticas», alcançar o estatuto oficial de patrão.

Em resumo, pode, pois, afirmar-se que o avanço da burguesia industrial se prende, majoritariamente, com a progressão da fracção correspondente ao pequeno patronato, que decorre não só da existência de um maior número de iniciativas de reduzida dimensão (desconcentração produtiva), mas ainda das transformações de carácter organizativo-jurídico que acompanham essa tendência.

Quanto ao proletariado industrial, parece caracterizar-se, durante a década de 70, por uma evolução equilibrada em relação ao conjunto da população activa, quer por sexos, quer globalmente. É essa também a impressão dominante quando se comparam as figuras 12 e 13, já que ambas revelam padrões de distribuição espacial muito semelhantes.

Uma leitura mais atenta desses dois mapas evidencia algumas diferenças interessantes: recuo, de manchas de forte para média implantação, em áreas de intensa expansão do terciário (sector oeste da área metropolitana de Lisboa e algumas sedes de distrito, como Porto, Beja e Faro) e/ou com larga representação de indústrias tradicionais em declínio (indústria conserveira em diversos concelhos do Algarve, por exemplo); avanço, de posições fracas para médias, em municípios próximos de Sines ou contíguos à região fortemente industrializada que se estende de Braga a Aveiro. Mas essas alterações são, de facto, suficientemente reduzidas para não destruir a impressão de estabilidade que atrás se referiu. No entanto, uma análise mais fina permite detectar situações *significativamente novas*.

Na realidade, o padrão de distribuição espacial desta classe passou a ser, em 1981, o mais uniforme ($CV_{1970} = 0,67$; $CV_{1981} = 0,41$) logo após a pequena burguesia tradicional, tomada no seu conjunto, sem que, no entanto, se tenha substancialmente alterado a posição relativa ocupada por cada um dos concelhos. Ou seja, a distribuição das manchas de forte, média e fraca implantação continua a ser sensivelmente a mesma, como atrás se referiu, *mas a diferença que agora as separa é muito menor*, já que a amplitude dos valores percentuais calculados para os vários municípios é bastante inferior. Isto significa dizer — e este aspecto será posteriormente desenvolvido — que *o proletariado industrial, tomado no seu conjunto, perdeu uma parte considerável da sua capacidade diferenciadora em termos geográficos*, habitualmente divulgada sob a forma da dicotomia áreas industriais/áreas rurais.

Se esta asserção é correcta quando se consideram os assalariados da indústria *no seu conjunto*, ela deixa, no entanto, de o ser quando se enve-

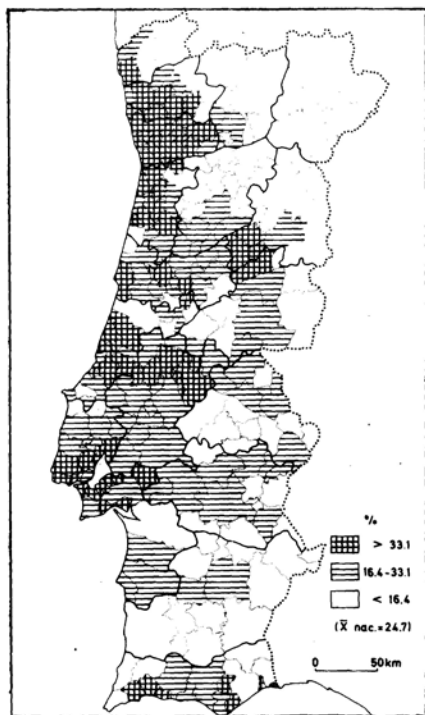


Fig. 12 - Proletariado Industrial, 1970

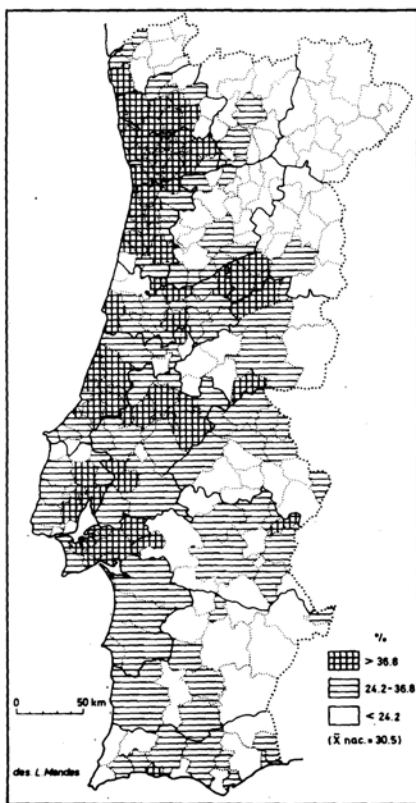


Fig. 13 - Proletariado Industrial, 1981

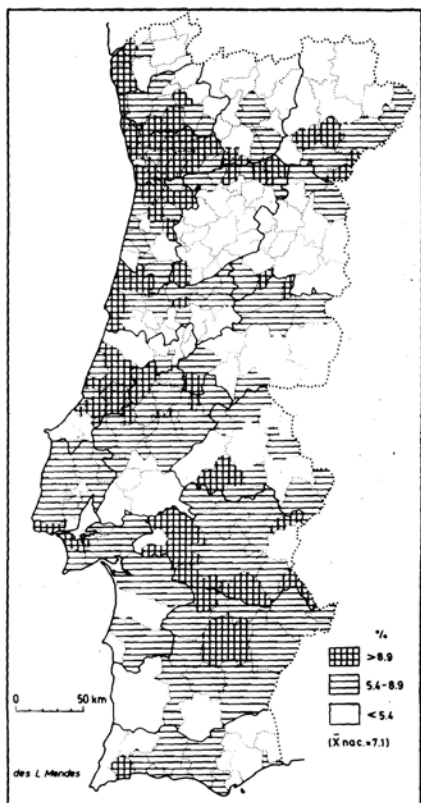


Fig. 14 - Família Camponesa: Pessoas com Actividade Remunerada na Exterior e sem Actividade na Exploração.

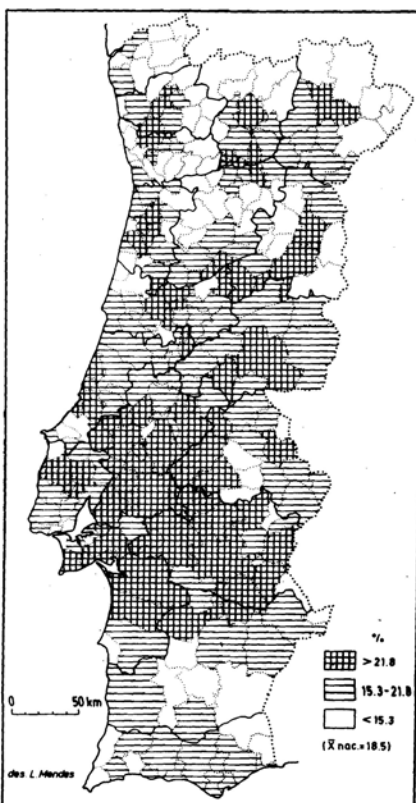


Fig. 15 - Família Camponesa: Pessoas com Actividade Remunerada no Exterior e com menos de 50% do Tempo de Actividade na Exploração.

reda por uma análise mais desagregada: distinção entre construção civil e indústria transformadora, por um lado; individualização, no interior desta última, de diferentes fracções do proletariado, pelo outro.

São bem conhecidas, por exemplo, as diferenças existentes entre os assalariados da mancha Braga/Porto/Aveiro e da área metropolitana de Lisboa no que se refere aos níveis de salários, qualificação, organização sindical, etc. De facto, a um proletariado «flexível», intimamente ligado ao meio rural, no primeiro caso, opõe-se, no segundo, um proletariado tipicamente urbano e, por isso, muito mais «rígido». Da mesma forma, os assalariados da maior parte dos concelhos do interior apresentam características distintas: grande dependência, directa ou indirecta, do sector da construção civil e obras públicas, trabalho desenvolvido em unidades de pequena dimensão e não raro caracterizado pela precariedade, etc. Isto é, as modalidades, sectorial e regionalmente diferenciadas, que o proletariado assume reflectem, afinal, o modo como se encontra inserido em diversas práticas de valorização do capital. Por essa razão, o desemprego afecta hoje com especial acuidade as unidades/áreas desenvolvidas segundo a lógica do modelo expansionista dos anos 60, marginalizando crescentes segmentos do mercado de trabalho que até aí, e pelas suas características, eram claramente apontados como «centrais» («mercado de trabalho primário», segundo a teoria dualista do mercado de trabalho). Pelo contrário, algumas áreas rurais observaram, nos últimos anos, um relativo florescimento de pequenas e médias unidades, geralmente de iniciativa local ou ainda como consequência de estratégias de desconcentração produtiva a partir de áreas mais industrializadas.

Não se pode, no entanto, ignorar que, nos concelhos com acentuada perda de população activa, o aumento percentual dos assalariados da indústria se pode prender não tanto com o seu avanço em valores absolutos, mas sobretudo com uma maior capacidade de resistência em relação ao êxodo rural. O caso de Alter do Chão, ainda que deliberadamente extremo, permite ilustrar essa situação: embora os efectivos desta classe tenham aí descido, entre 1970 e 1981, de 340 para 302, a sua participação elevou-se, entretanto, de 12,9% para 19,0%. Por outro lado, o facto de se contabilizar a *população residente*, e não a *presente*, permite incluir indivíduos que, sobretudo na construção civil, desenvolvem grande parte da sua actividade longe do local de residência, encontrando-se, portanto, ausentes durante largos períodos de tempo. Só assim se compreende o aparente paradoxo de se verificarem resultados relativamente elevados para esta classe em áreas onde rareiam unidades industriais...

Na generalidade, importa, por isso, salientar que, assim como o grupo de «isolados»/campesinato oculta, no seu interior, situações distintas e mesmo contraditórias, também sob a referência «proletariado industrial» se encontram idênticas tensões. A distribuição *percentual* mais uniforme desta classe e consequente perda de capacidade diferenciadora em termos geográficos tornam hoje mais evidente a necessidade de investigações suficientemente desagregadas. A própria crise, pelas consequências desiguais que acarreta, se tem, aliás, incumbido de relembrar essa urgência. Níveis salariais, qualificação, capacidade de controlo sobre o processo produtivo, estabilidade de emprego e tipo de ligação ao mundo rural constituem elementos a ter forçosamente em conta numa análise mais rigorosa desta questão¹⁸.

¹⁸ Para exemplos dos principais segmentos do mercado de trabalho em Portugal após 1974 consulte-se M. J. Rodrigues. 1985.

Não cabe desenvolver, neste âmbito, um estudo minucioso sobre as várias fracções individualizáveis no seio do proletariado¹⁹. Parece, no entanto, oportuno retomar dois dos grupos (2 e 4) definidos no quadro n.º 4 como ilustração da ocorrência de situações distintas a partir da articulação do agregado familiar camponês com a esfera industrial (incluindo construção civil). De facto, e dada a importância que o emprego neste sector assume, para aqueles dois grupos, no conjunto das actividades remuneradas exercidas no exterior, não deixa de ser significativo verificar que (figuras 14 e 15):

a) A sobre-representação de 2 corresponde, em grande parte, a áreas de industrialização difusa: Braga/Porto/Oliveira de Azeméis e Leiria e concelhos vizinhos. Os valores elevados a sul desta última região devem ser encarados com precaução, dado que correspondem a totais muito baixos de «famílias camponesas» (ver figura 4); de qualquer modo, a articulação faz-se aí preferencialmente com o sector agrícola patronal e com algumas fracções do terciário.

b) Os municípios onde o grupo 4 se encontra sobre-representado correspondem àqueles onde a agricultura a tempo parcial²⁰ encontra maior expressão. Em termos gerais, são as parcelas mais afastadas das áreas de recrutamento de mão-de-obra dos principais centros urbanos — isto é, aquelas que exigem ritmos de pendulação mais largos²¹ — que parecem evidenciar-se. O caso de Lisboa é o mais nítido, organizando uma vasta porção do Ribatejo e Alentejo. O carácter difuso da indústria no distrito do Porto impede a ocorrência de uma situação semelhante: seria, por isso, curioso verificar se as manchas de maior implantação que se desenham de Valongo para norte e de Oliveira de Azeméis para sul traduzem de algum modo a presença de idêntico processo, eventualmente reforçado pela presença de Braga, no primeiro caso, e de Aveiro, no segundo. Mesmo Coimbra, que para a sua dimensão possui uma vasta área de pendulação, parece confirmar esta hipótese.

A carência de informação empírica adicional impede, contudo, que se ultrapasse o mero estágio da conjectura quanto a este tipo de questão. Ainda assim, e é esse o ponto fundamental, evidencia-se, mais uma vez, a necessidade de se proceder à individualização de diferentes fracções no interior do proletariado a partir da análise do modo como se integram, simultaneamente, no processo produtivo e, através do agregado familiar, na esfera da reprodução.

1.2.2 A evolução dos «isolados» (pequena burguesia tradicional) da indústria é bastante distinta da dos dois grupos anteriormente analisados:

¹⁹ Alguns elementos nesse sentido, relacionados com a apresentação de uma tipologia de áreas industriais em Portugal, podem encontrar-se em J. Ferrão, 1982-b.

²⁰ Haveria que definir um número mínimo de horas anuais de participação nas actividades agrícolas, de forma a impedir a inclusão de casos de significado espúrio. Caso contrário, confundem-se aqueles que de modo mais ou menos sistemático contribuem para a realização de tarefas na exploração, ao fim do dia ou sobretudo ao fim-de-semana, com outros que apenas esporadicamente o fazem. Repare-se ainda que, agora no sentido oposto, uma parcela dos indivíduos englobados em 2 poderá também, eventualmente, prestar alguma ajuda. Embora a fronteira entre ambos os grupos possa ser vista como demasiado subjectiva, a contiguidade geográfica dos resultados referentes a cada um deles parece conferir-lhes um mínimo de credibilidade.

²¹ Por vezes irregulares, como no caso dos activos da construção civil, que devem desempenhar um papel considerável na concretização deste processo.

forte incremento, em valores absolutos e percentuais, durante os anos 60; quebra do sexo feminino e prosseguimento da tendência anterior, embora de forma menos marcada, por parte dos elementos masculinos ao longo da década seguinte.

Poder-se-ia ser tentado a relacionar, como no caso da agricultura, o decréscimo de padrões verificado até 1970 com o aumento de «isolados» entretanto observado, tanto mais que, sobretudo no que se refere aos homens, a coincidência numérica é praticamente total (27 646 e 27 208, respectivamente). Embora sem excluir a existência de um considerável número de trajectórias com esse sentido, parece ser possível afirmar que aquele aumento se deve, no fundamental, a outro tipo de razões (que, aliás, não excluem a primeira).

De facto, uma análise por subcategorias no interior da pequena burguesia tradicional da indústria permite detectar um sector em expansão — incluindo actividades relacionadas com a construção civil (canteiros, serralheiros, pintores, pedreiros, etc.), com a reparação de bens de consumo durável (automóveis, aparelhos eléctricos, etc.) e com a condução de veículos — e um outro em declínio relativo ou mesmo absoluto mais ou menos acentuado (alfaiates, costureiras, sapateiros, joalheiros, etc.)²². Ora esta clivagem torna-se sobretudo evidente ao longo dos anos 70. Na primeira década considerada, a quebra do segundo conjunto não era ainda muito marcada e o avanço do primeiro fazia-se já sentir — lembre-se, por exemplo, o surto de construção civil relacionado com a edificação de casas de emigrantes ou com o turismo —, compensando, portanto, a evolução ligeiramente negativa do anterior. Pelo contrário, a partir do início dos anos 70, as duas tendências acentuam-se, anulando-se mutuamente. Não admira, por isso, que a participação deste grupo no conjunto da população activa seja praticamente o mesmo nas últimas duas datas (3,2% e 3,1%).

Dois aspectos caracterizam o avanço do sector «moderno»: o reforço que desfruta no interior dos respectivos ramos de actividade e a inclusão crescente de indivíduos do sexo masculino. Essa dupla ocorrência sugere, de imediato, a existência de actividades especialmente propícias à expansão do trabalho realizado, simultaneamente, por homens e em regime de conta própria, demarcando-se, pela negativa, quer de tarefas prioritariamente do domínio das mulheres, quer de áreas profissionais onde o assalariamento tende a tornar-se cada vez mais dominante. Esta questão será posteriormente retomada a propósito da pequena burguesia tradicional do comércio e serviços, onde é possível detectar tendências idênticas, mas em que os agentes de «modernidade» são agora do sexo feminino, constituindo, pois, como que o negativo do caso anterior.

Como se referiu, o contexto favorável à expansão do sector «moderno» da pequena burguesia tradicional (passe o paradoxo...) fazia-se já sentir na década de 60: aumento de população urbana, transformação, quantitativa e qualitativa, dos padrões de consumo e surto da construção civil relacionado com a edificação de casas para emigrantes e com o turismo constituem, certamente, os factores que mais influíram nesse sentido. Outros, posteriores a 1974, vincaram ainda mais essa tendência. A chegada de cerca de 500 000 pessoas das ex-colónias, por exemplo, concorreu, por várias vias,

²² A subcategoria constituída por marceneiros/carpinteiros não relacionados com a construção civil ocupa uma posição intermédia, talvez tendencialmente mais próxima do primeiro sector.

para esse fim: necessidade de novas habitações²³, urgência de assegurar uma forma expedita de angariar rendimentos próprios num contexto desconhecido e relativamente hostil, experiência profissional propícia, etc. Mas, mais recentemente, parece ser o clima de crise o principal motor do desenvolvimento do trabalho por conta própria, sobretudo nas áreas urbanas e industrializadas. Na realidade, para um número crescente de desempregados, à procura do primeiro ou de novo emprego, é aí que mais facilmente encontram uma solução, por temporária que seja.

Contudo, o estatuto de «isolado» nem sempre corresponde a uma situação de recurso. Pelo contrário, pode resultar de uma estratégia deliberada de autonomização relativamente à posição anterior de assalariado, depois de uma fase mais ou menos longa de coexistência com a realização de biscates fora das horas de serviço. E. Mingione (1983), por exemplo, chama a atenção para o facto de, nas áreas industrializadas do norte da Itália, a prática de actividades «informais» constituir vulgarmente um trampolim para a situação de «isolado» em casos que exigem pequenos investimentos iniciais.

No caso português, as tarefas relacionadas com a construção civil, pelas taxas de crescimento que denotam e sobretudo pelo volume de indivíduos que movimentam (o seu peso no conjunto dos isolados era de 22,1% em 1970 e de 40,4% em 1981), comandam claramente a evolução global deste grupo social. Daí que ele, em termos gerais, surja (ainda?) com uma implantação sobretudo rural, tendendo a apresentar incidências relativamente fortes nos concelhos do Norte e Centro interiores, por exemplo. Mas é no Algarve, onde os vários subsectores «modernos» alcançam, naturalmente, particular relevo, que são obtidos alguns dos resultados percentuais mais elevados.

1.3 CLASSES E FRACÇÕES DE CLASSES DO SECTOR TERCIÁRIO

As classes e fracções de classes «terciárias» são as que, durante o período em análise, apresentam taxas de crescimento mais elevadas, embora ocorram casos de estagnação relativa ou mesmo declínio absoluto durante os anos 60 (quadro n.º 6). A variedade de situações internas é, também aqui, considerável.

1.3.1 A fracção da burguesia «terciária» inclui não só os indivíduos deste sector estatisticamente classificados como «patrões», mas ainda os «isolados» das profissões científicas e liberais e todos os quadros superiores, independentemente da situação na profissão. Esta relativa heterogeneidade dificulta uma leitura de conjunto, mas os baixos valores percentuais que este grupo social apresenta e a existência de algumas características comuns²⁴

²³ A construção civil e o sector dos transportes (condução de veículos de passageiros e de mercadorias) têm vindo, sucessivamente, a beneficiar da influência de diversos factores. Atente-se neste último caso: avanço do fenómeno de urbanização e suburbanização; influência dos emigrantes nos padrões locais de consumo improdutivo (utilização de taxis); crescente integração da agricultura na esfera da comercialização e desenvolvimento dos processos de conservação de produtos perecíveis; quebra da utilização do comboio no transporte de mercadorias e nacionalização ou desmantelamento, em 1975, de parte da rede de transportes rodoviários existente, propiciando o aparecimento de iniciativas de carácter local; experiência, no ramo, de retornados das ex-colónias e emigrantes regressados, etc.

²⁴ Para uma apresentação dos critérios utilizados veja-se J. Ferrão, 1982-a.

Evolução das classes e fracções de classes do sector terciário

(QUADRO N.º 6)

Classes e fracções de classes	Sexo	1960		1970		1981		1960-70		1970-81	
		Total	Porcentagem	Total	Porcentagem	Total	Porcentagem	Δ Valores absolutos	Δ Porcentagem	Δ Valores absolutos	Δ Porcentagem
Burguesia	H	69 696	2,1	42 530	1,5	103 270	2,8	- 39,0	- 28,6	142,8	86,7
	M	5 381	0,2	6 355	0,2	21 429	0,6	18,1	0,0	237,2	200,0
	HM	75 077	2,3	48 885	1,7	124 699	3,4	- 34,9	- 26,1	155,1	100,0
Nova pequena burguesia I	H	44 592	1,3	86 105	3,0	155 044	4,2	93,1	130,8	80,1	40,0
	M	43 248	1,3	54 155	1,9	134 005	3,7	25,2	46,2	147,5	94,7
	HM	87 840	2,6	140 260	4,9	289 049	7,9	59,7	88,5	106,1	61,2
Nova pequena burguesia II	H	247 787	7,5	295 825	10,4	460 245	12,6	19,4	38,7	55,6	21,2
	M	236 706	7,1	254 505	9,0	486 500	13,4	7,5	26,8	91,2	48,9
	HM	484 493	14,6	550 330	19,4	946 745	26,0	13,6	32,9	72,0	34,0
Pequena burguesia tradicional	H	55 945	1,7	78 935	2,8	83 022	2,3	41,1	64,7	5,2	- 17,9
	M	13 061	0,4	23 295	0,8	46 514	1,3	78,4	100,0	99,7	62,5
	HM	69 006	2,1	102 230	3,6	129 536	3,6	48,2	71,4	26,7	0,0
Não remunerados	H	?	?	3 440	0,1	3 075	0,08	?	?	- 10,6	- 20,0
	M	?	?	4 785	0,2	6 771	0,2	?	?	41,5	0,0
	HM	?	?	8 225	0,3	9 846	0,3	?	?	19,7	0,0
Total	H	418 020(a)	12,6(a)	506 835	17,8	804 656	22,1	21,2	41,3	58,8	24,2
	M	298 396(a)	9,0(a)	343 095	12,1	695 219	19,1	15,0	34,4	102,6	57,9
	HM	716 416(a)	21,6(a)	849 930	29,9	1 499 875	41,2	18,6	38,4	76,5	37,8

(a) Não inclui, por impossibilidade de discriminação, os não remunerados

Fonte: INE.

(controlo dos meios de produção e/ou do processo de trabalho baseado no exercício de relações de *poder*) justificam, embora com as necessárias precauções, esse procedimento.

O padrão evolutivo, por sexos, relativo à década de 60 levanta, desde logo, essa questão. De facto, convergem aqui situações semelhantes às que se observaram no interior da fracção industrial da burguesia e que se traduzem no avanço da centralização e da concentração da produção através, por um lado, da expansão de unidades «modernas» de maior dimensão e, pelo outro, do recuo para a situação de «isolado» ou da falência de estabelecimentos com menor capacidade concorrencial. Mas essa tendência surge aqui não apenas como expressão de mecanismos actuando num único sector (indústria), mas em vários, de natureza relativamente distinta (comércio, serviços, administração). E, se os processos acima referidos, comuns às actividades industriais, se aplicam, de uma forma geral, aos dois primeiros, já o mesmo não se verifica em relação ao terceiro.

A menor retracção relativa que a fracção «terciária» da burguesia sofreu durante a década de 60, quando comparada com as restantes, reflecte precisamente essa diferença, traduzindo a importância que o desenvolvimento da componente «administrativa» (quadros superiores, profissões científicas e liberais) assumiu durante todo este período caracterizado por um modelo económico e socialmente expansionista. Mas também o facto de o conflito entre formas «tradicionais» e «modernas» no interior do comércio e sobretudo dos serviços ser relativamente precoce quando comparado com o que afecta a indústria contribui para esse resultado. Na realidade, o carácter urbano, mais propício à inovação e flexível, porque menos exigente no que se refere ao investimento inicial, das primeiras favorece uma eclosão e expansão mais rápida do «sector moderno», com especial relevo para as suas franjas «femininas» (quadro n.º 6).

Num caso como no outro, isto é, ao nível «administrativo», mas também do comércio e dos serviços, a referida modernidade concretiza-se, basicamente, em torno de novas formas de gestão do processo de trabalho: o avanço que caracteriza o grupo socioprofissional dos quadros dirigentes superiores ou ainda dos proprietários-gerentes do comércio e hotelaria ilustra bem esse aspecto.

As alterações ocorridas no seio das fracções «terciárias» não se podem, com efeito, desligar dos movimentos de reestruturação que têm vindo a caracterizar os sistemas produtivo e distributivo: complexidade, segmentação, burocratização, reforço dos níveis de chefia intermédios, são alguns dos elementos, porventura dos mais relevantes, que acompanham essa tendência. Mas, nomeadamente num país «semiperiférico» como o nosso, elas não se esgotam aí. Na realidade, uma parcela considerável dos resultados incluídos no quadro n.º 6 prende-se antes com um crescimento de tipo extensivo, isto é, com a multiplicação de iniciativas cuja natureza pouco difere, qualitativamente, das anteriores. Esta observação parece ser correcta para ambas as décadas consideradas, já que, sobretudo no que se refere aos serviços, o desenvolvimento do sector «moderno» — porque incidindo, em boa parte, sobre segmentos de mercado correspondentes a novas necessidades sociais — nem sempre impede a persistência ou mesmo o alargamento de algumas das formas «tradicionais» existentes.

Em resumo, pode, pois, afirmar-se que o conjunto das fracções «terciárias» da burguesia acompanha, na generalidade, as tendências evolutivas anteriormente detectadas para a fracção industrial (concentração da pro-

dução nos anos 60; proliferação de pequenas iniciativas na década de 70), embora, ao mesmo tempo, dela se distinga por razões de maior heterogeneidade interna, mas também por factores que decorrem da sua própria natureza: especificidade dos «quadros superiores» e «profissões científicas e liberais», por um lado; carácter simultaneamente mais precoce e menos conflituoso do embate entre os sectores «moderno» e «tradicional» e maior sensibilidade à evolução do mercado no que se refere ao comércio e sobretudo aos serviços, pelo outro.

No fundamental, porém, a compreensão dos resultados presentes no quadro n.º 6 remete para o conjunto de mecanismos aflorados no ponto anterior, pelo que se tornaria ocioso referi-los uma vez mais.

1.3.2 As duas fracções autonomizadas no interior do conjunto dos assalariados do terciário — nova pequena burguesia (NPB) I e II²⁵ — aproximam-se entre si por apresentarem resultados de sentido muito semelhante (quadro n.º 6), embora mais acentuados para o primeiro caso: evolução globalmente positiva nas duas décadas, com recurso privilegiado a mão-de-obra masculina entre 1960 e 1970 e feminina a partir desta última data.

Também neste caso, e apesar do avanço regular de ambas as fracções, se evidenciam mecanismos de natureza distinta que tendem a apontar 1974 como marco de referência obrigatório. De facto, é ainda a (relativa) falência do modelo duplamente expansionista (interno e externo) dos anos 60 e a emergência, após aquela data, de uma situação particularmente favorável a pequenas e médias iniciativas que se destacam como pano de fundo da evolução observada. Mas esse movimento de basculação é agora reforçado pela amplitude da intervenção estatal na esfera do mercado de trabalho.

No seu conjunto, o avanço da nova pequena burguesia parece concretizar-se a partir de três componentes principais:

- a) Crescente complexidade e segmentação do processo de trabalho, favorecendo, com especial incidência, a multiplicação de lugares de chefia intermédios e de serviços subalternos de apoio (contabilistas, dactilógrafas, operadores de máquinas de tratamento de informação, etc.);
- b) Desenvolvimento de actividades em estreita dependência do processo de urbanização, responsável pela propagação de novas formas de convivialidade e de necessidades sociais (porteiros, pessoal de restaurantes, empregados de lavandaria, etc.); inclui-se, portanto, neste grupo o sector «moderno» do comércio e serviços anteriormente referido;
- c) Reforço da intervenção estatal, sobretudo a partir de 1974, quer ao nível administrativo (reestruturação interna acompanhada pela desconcentração ou mesmo descentralização de diversas funções tradicionalmente desenvolvidas em Lisboa: alargamento das atribuições do poder local), quer no interior da esfera da reprodução social (saúde e ensino, principalmente).

²⁵ A primeira inclui indivíduos de profissões científicas e liberais e níveis intermédios de chefia (capatazes, contra-mestres, chefes de secção, etc.); a segunda engloba os restantes trabalhadores terciários (de posição subalterna, portanto).

De entre elas, sem dúvida que é a última, pelas transformações que provocou, sectorial e regionalmente, no seio do mercado de trabalho, que maior responsabilidade detém na evolução dos resultados presentes no quadro n.º 6. A sua contribuição foi decisiva não só para a reprodução alargada das fracções superiores da NPB (pessoal docente, técnicos superiores, etc.), mas ainda para a feminização do conjunto da classe (veja-se informação contida no relatório publicado pela Direcção-Geral de Recrutamento e Formação, 1981). O avanço deste grupo foi, contudo, consideravelmente empolado pela integração de milhares de ex-agentes da administração colonial e pelo clientelismo que, acompanhando a instabilidade política que tem caracterizado Portugal nos últimos dez anos, propiciou o desenvolvimento de uma larga franja *parasitária*, talvez comparável à que P. Sylos Labini, 1983, denunciou para a Itália.

Os acréscimos mais elevados para o sexo masculino na década de 60 e, pelo contrário, dos elementos femininos nos anos seguintes reflectem o peso relativo das três componentes referenciadas, evidenciando a passagem de um período onde o sector privado domina a reprodução do mercado do trabalho terciário para um outro onde o Estado, directa ou indirectamente, tende a polarizar um número crescente de trajectórias socioprofissionais.

Terciarização, industrialização e urbanização apresentam-se vulgarmente associadas. Não admira, pois, que os padrões de distribuição geográfica das fracções I e II da nova pequena burguesia se aproximem bastante entre si (figuras 16 e 17). As manchas de implantação mais forte reflectem, afinal, a própria rede urbana do País e ainda algumas áreas com maior grau de industrialização. Mas também a importância do turismo (concelhos do Algarve) e o alargamento do fenómeno de pendulação por parte da NPB II, mesmo no exterior das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto (Coimbra/Mealhada e Mirando do Corvo; Portalegre/Castelo de Vide; Elvas/Campo Maior; Faro/Alportel, etc.), se podem evidenciar através da leitura dos mapas referidos.

É ainda o fenómeno da mobilidade geográfica que parece explicar, através da sua desigual incidência, o aparente paradoxo de se verificarem, quanto à NPBI, um maior número de situações de equilíbrio no Norte interior do que em grande parte do Alentejo. De facto, a capacidade polarizadora da região de Lisboa e a maior facilidade de transporte, a que se adiciona uma estrutura mais rígida do mercado de habitação, justificam que um volume significativo de professores, médicos e outros técnicos de nível superior mantenha aí a sua residência, onde se deslocam semanalmente, apesar de poderem desenvolver a sua actividade profissional (quantas vezes apenas por um ano) em locais relativamente afastados. É, afinal, o negativo de um outro movimento, anteriormente detectado a partir da figura 15, em que um número não desprezável de indivíduos que trabalham na área metropolitana de Lisboa, nomeadamente na construção civil, regressam, ao fim-de-semana, a localidades tão distantes como as que se distribuem pelo Ribatejo e pelo sector oeste do Alentejo. Esse «cruzar» de movimentos pendulares verifica-se aliás, de modo também significativo, na área do Grande Porto ou mesmo em relação a Coimbra (vejam-se os resultados percentuais referentes às duas fracções da nova pequena burguesia nos concelhos vizinhos daquela cidade).

A marginalidade que, em termos de acessibilidade, caracteriza os concelhos do Norte interior actua precisamente no sentido oposto, isto é, contribui para *reter* aqueles que, porque mais sensíveis ao apelo das regiões de

naturalidade ou como consequência de medidas desconcentradoras («serviço à periferia» dos médicos, por exemplo), aí se instalaram.

Já no que se refere à NPB II, o predomínio de situações equilibradas no Alentejo e a sua escassez nos quatro distritos do Norte interior têm, certamente, a ver não só com diferenças de povoamento, mais concentrado a Sul, mas ainda com a debilidade produtiva das áreas de dominância camponesa. Fracos índices de consumo, inexistência de «vantagens de aglomeração» e envelhecimento da população concorrem, assim, para dificultar a reprodução alargada desta fracção em grande parte da região norte do País.

1.3.3 A evolução da pequena burguesia tradicional do comércio e serviços acompanha de perto a que se observou para a sua fracção industrial.

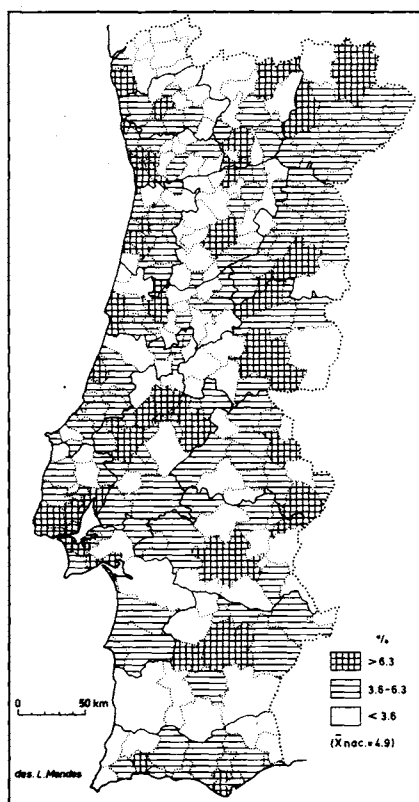


Fig. 16 - Nova Pequena Burguesia I, 1981

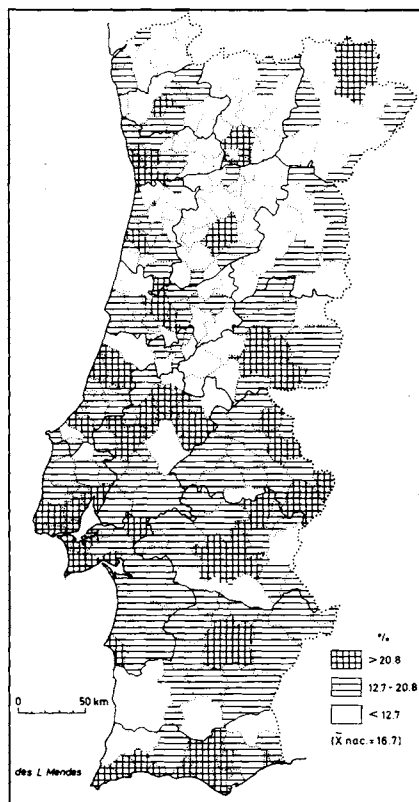


Fig. 17 - Nova Pequena Burguesia II, 1981

Mas, como então se afirmou, são agora as mulheres, e não os elementos do sexo masculino, os veículos privilegiados da «modernidade».

O declínio dos tradicionais «lugares de bairro» ou das «lojas mistas» e a expansão de *boutiques* (a própria designação, em francês...) ilustram bem esse aspecto. Mas a reestruturação deste sector não se resume apenas a um processo de substituição do lojista pela «rapariguinha do *shopping*» ou

Exemplos de estruturas sociais para os diferentes grupos considerados(a) (percentagem)

(QUADRO N.º 7)

Classes sociais	Tipos de concelhos													
	1		2		3		4		5		6		7	
	Lisboa		Gondomar		Felgueiras		Torres Vedras		Avis		Lourinhã		Boticas	
	1970	1981	1970	1981	1970	1981	1970	1981	1970	1981	1970	1981	1970	1981
Nova pequena burguesia (I e II)	55,4	64,0	23,9	34,9	10,4	14,0	15,5	26,1	9,5	18,3	7,5	16,6	2,1	7,0
Proletariado industrial	25,5	21,9	56,5	49,4	47,6	57,4	24,9	33,0	11,3	22,7	11,7	20,6	1,1	8,3
Proletariado agrícola	0,5	0,3	1,7	0,6	8,7	4,6	29,1	14,5	66,1	43,6	27,8	21,0	7,1	14,3
Campesinato	0,1	0,0	2,1	1,4	10,3	9,0	15,9	10,9	3,7	5,9	33,4	24,8	52,6	44,8
Activos não remunerados	0,2	0,3	1,4	1,0	10,6	5,7	1,9	1,1	1,1	0,8	5,1	3,9	31,9	18,8

(a). Não se incluíram a burguesia e a pequena burguesia tradicional por apresentarem valores relativamente baixos e distribuições muito homogêneas. Consideraram-se, por outro lado, as duas fracções da NPB conjuntamente, em virtude de possuírem padrões de implantação muito semelhantes.

Fonte: INE.

do Sr. Augusto pela menina Fernanda. O próprio conjunto das actividades comerciais perde terreno a favor da subfracção dos serviços, principalmente os de carácter pessoal. E aqui não só se expandiu um amplo segmento destinado especificamente à mulher, que tende a ser majoritariamente executado por pessoas do mesmo sexo (cabeleireiras, esteticistas, etc.), como ainda algumas das actividades tradicionalmente desenvolvidas pelo homem vão sendo ocupadas por elementos femininos. Poder-se-á, pois, afirmar que o avanço da participação da mulher no interior da nova pequena burguesia «terciária» se efectua, em grande parte, através da ocupação de «lugares» abandonados ou vistos como secundários por parte do sexo oposto (veja-se a quebra do seu peso percentual entre 1970 e 1981), à excepção de alguns novos espaços intersticiais onde, por motivos de ordem diversa, os elementos femininos ocuparam, desde o início, posições privilegiadas.

A principal contratendência parece concretizar-se em torno do investimento de ex-emigrantes, dada a propensão que, nestes casos, o homem tem para se dedicar, em regime de conta própria, à exploração de estabelecimentos comerciais e restaurantes, enquanto a mulher tende, a maior parte das vezes, a assumir o papel de «doméstica», mesmo quando participou no mercado de trabalho do país onde esteve emigrada (M. Silva e outros, 1984).

2. ESTRUTURAS REGIONAIS DE CLASSES: PROCESSOS E TENDÊNCIAS

Compreender a dimensão geográfica da estrutura social torna-se indispensável, de forma a assegurar uma visão simultaneamente articulada e integrada do tipo de questões que se tem vindo a referenciar. É, pois, a *coerência regional* dos vários processos detectados que se pretende agora relevar. Apesar de todas as limitações já referidas, a menor das quais não será a heterogeneidade de situações que se ocultam no seio das várias classes e fracções, parece útil tentar identificar conjuntos de concelhos que evidenciem estruturas sociais semelhantes. É o que se pretende com as figuras 18 e 19, onde se representam as tipologias definidas para, respectivamente, 1970 e 1981, com base numa análise taxonómica (*cluster analysis*) utilizando distâncias euclidianas como medida de similaridade²⁶ e que compara os vários «perfis sociais» detectados.

Em ambos os casos se distinguem seis grupos de municípios, que se diferenciam entre si pelo peso relativo que as seguintes classes ou fracções de classes detêm: 1 — NPB I e II; 2 — proletariado industrial e, secundariamente, NPB I e II; 3 — proletariado industrial; 4 — situações próximas das percentagens calculadas para o conjunto do País; 5 — proletariado rural; 6 — campesinato; 7 — campesinato e, acessoriamente, activos não remunerados (ver quadro n.º 7). Repare-se que as classes ou fracções que, em termos *relativos*, mais contribuem para definir cada um daqueles seis conjuntos nem sempre são aquelas que alcançam percentagens mais elevadas nos concelhos neles englobados. Tal pode, de facto, suceder em relação aos grupos sociais cujas médias nacionais são mais baixas. A forte sobre-representação dos activos não remunerados ou do campesinato, mesmo

²⁶ Para a apresentação da técnica de tratamento estatístico aqui utilizada veja-se D. Abreu e C. Jensen-Butler, 1985.

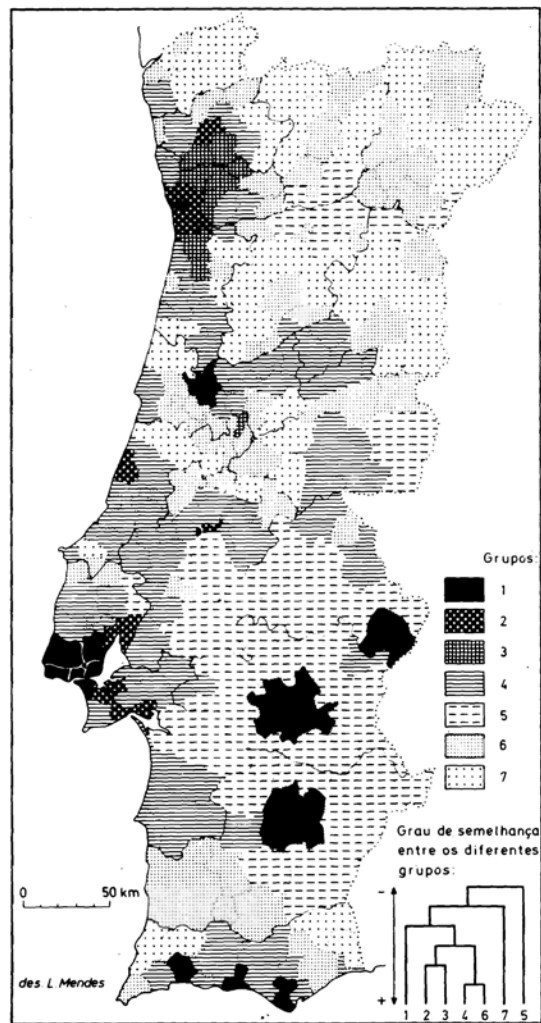


Fig. 19 - Grupos de Concelhos com Base na Respectiva Estrutura Social, 1981 (Legenda: ver texto).

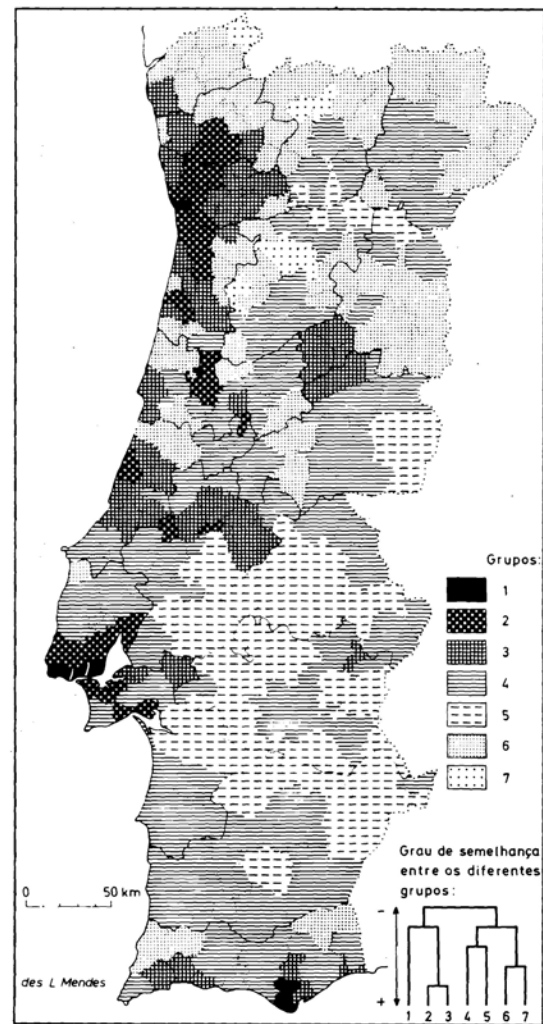


Fig. 18 - Grupos de Concelhos com Base na Respectiva Estrutura Social, 1970 (Legenda: ver texto).

sem deterem os valores percentuais mais altos, pode, por exemplo, ser suficiente para destacar um determinado grupo de concelhos.

O grau de semelhança, em cada uma das datas consideradas, entre os diferentes grupos de concelhos encontra-se graficamente representado por dendogramas nas figuras 18 e 19. O nível a que se efectua a ligação entre os vários grupos traduz a maior ou menor similaridade que existe entre eles, sendo esta tanto mais marcada quanto mais baixo for aquele. Assim, e para 1970, são os municípios de tipo 2 e 3 os que apresentam perfis sociais mais semelhantes.

Refira-se ainda que os vários níveis se dispõem de forma equidistante em altura, acompanhando a *ordem* pela qual os diferentes tipos de municípios se vão sucessivamente agrupando. Para 1981, por exemplo, o par mais semelhante é constituído pelos grupos 4 e 6; o segundo é o que inclui os conjuntos 2 e 3; a um terceiro nível verifica-se a junção desses dois pares, etc. No outro extremo, os municípios referenciados pelos números 7 e sobretudo 5 são os que mais se afastam do leque de situações detectadas para o conjunto do País.

No dendograma relativo a 1970 distinguem-se dois grandes conjuntos, um com dominância de fracções urbanas e industriais (1, 2 e 3) e outro com forte presença dos grupos relacionados com a agricultura, subdividindo-se ainda este último de acordo com a intensidade da ocorrência de assalariados (4 e 5) ou campesinato (6 e 7). *Isto é, duas clivagens parecem então desenhar-se no que se refere às estruturas regionais de classes: uma primeira, mais vinculada, opondo actividades agrícolas e não agrícolas; uma outra, secundária, diferenciando subordinações distintas à produção de tipo capitalista no interior da agricultura.* Atente-se ainda no facto de o grupo mais próximo dos resultados médios para o total do País (4) se incluir no segundo conjunto, ou seja, no que revela uma presença significativa do sector primário.

A situação referente a 1981 apresenta-se bastante distinta da anterior. Os grupos 7 (concelhos com sobre-representação de campesinato e não remunerados) e sobretudo 5 (predomínio de proletariado agrícola) sofreram um processo nítido de marginalização, destacando-se com clareza de todos os restantes. No interior destes destaca-se uma situação de maior continuidade, desde os municípios onde prevalece o proletariado industrial associado às fracções da nova pequena burguesia (2) até àqueles com incidência ainda significativa de campesinato (6). Também o grupo 1 (domínio de NPB) sobressai, com o 7 e o 5, deste conjunto, embora o faça de maneira menos marcada. Isto é, as duas clivagens detectadas para 1970 parecem não desempenhar agora o papel diferenciador que então detinham. À distribuição geográfica mais uniforme do proletariado industrial, tomado *no seu conjunto*, cabe a principal responsabilidade dessa situação: de facto, é ele que assegura, no essencial, a existência de uma maior continuidade entre os grupos 2, 3, 4 e 6, esbatendo, em termos relativos, as diferenças que tendem a separá-los (incidência desigual de NPB, assalariados agrícolas e campesinato).

Pode, pois, falar-se na coexistência de um duplo movimento: de aproximação, por um lado, englobando aqueles quatro casos: de dispersão, pelo outro, incluindo 1 (marginalização «positiva») e 7 e 5 (marginalização «negativa»). É verdade que nestes dois últimos se verifica o predomínio de classes relacionadas com a agricultura, pelo que seria possível reconhecer aí a persistência da oposição, detectada para 1970, entre actividades agrícolas e não agrícolas. Tal não parece, no entanto, ser o caso, já que também em 4,

mas sobretudo em 6, a presença das primeiras se faz sentir de modo significativo (quadro n.º 7). O que se observa é, na realidade, a marginalização relativa de dois tipos de agricultura — campesinato pobre e latifúndio — e, consequentemente, das áreas onde prevalecem.

Em resumo, as situações detectadas parecem indicar um reforço, entre 1970 e 1981, dos resultados em torno da média do País, o que não impediu o prosseguimento da tendência «vanguardista» das áreas com predominio das fracções da nova pequena burguesia, mas implicou o agravamento da excentricidade «negativa» de municípios com formas de produção agrícola mais «marginais» (campesinato pobre e latifúndio).

A cartografia, para cada uma das datas retidas, dos seis grupos de concelhos individualizados propicia uma interpretação mais clara das tendências anteriormente referenciadas. Repare-se, no entanto, que, como em casos anteriores, os resultados se definem em relação às respectivas médias. Isto é, um concelho que apresente valores percentuais idênticos para as várias classes em ambos os anos tenderá, certamente, a incluir-se em grupos diferentes em cada um dos mapas. Pelo contrário, se a evolução ocorrida acompanhar as tendências verificadas ao nível nacional, ou se as «ultrapassar» mesmo de forma significativa, verificar-se-á, respectivamente, manutenção numa mesma situação-tipo ou inclusão num grupo socialmente mais «avançado». Por outras palavras, poder-se-ia afirmar que as figuras 18 e 19 retratam os pontos inicial e final de uma trajectória desenhada pelo conjunto do País a uma velocidade média dada pelas variações que, ao nível nacional, caracterizam as várias classes e fracções de classe. Ao longo desse percurso, algumas áreas sofreram um relativo atraso (7 e 5), outras adiantaram-se (1) e as restantes aproximaram-se entre si. De entre essas várias trajectórias merecem especial destaque os seguintes aspectos²⁷:

a) A área metropolitana de Lisboa, Coimbra e alguns centros urbanos do Alentejo e do Algarve viram as fracções da nova pequena burguesia reforçar consideravelmente o seu peso. No caso do Alentejo, esse avanço baseia-se não só na expansão, em valores absolutos, daqueles grupos, mas ainda nas quebras de população, muito marcadas, ocorridas no sector rural dos concelhos onde esses centros se localizam.

b) A mancha de implantação relativa ao grupo 2 que se desenvolvia, para norte e sul, a partir da segunda cidade do País limita-se agora, praticamente, ao Grande Porto. De facto, a industrialização difusa, de nível organizativo e tecnológico em geral relativamente baixo, que domina nessas áreas, proporcionando a manutenção de fortes laços de ligação ao campo, não favorece nem o desenvolvimento do «terciário do secundário» nem alguns sectores do comércio e serviços. Não admira, pois, que, em termos relativos, esses municípios tenham «recuado» para outros grupos. Por razões idênticas, mas sobretudo pelas elevadas percentagens que o proletariado industrial já possuía em 1970, dificultando a ocorrência de acréscimos consideráveis entre aquela data e 1981, também a mancha de implantação do grupo 3, que se distribui, grosso modo, de Aveiro a Viana do Castelo, se retrai de forma assinalável. Ao nível de desagregação dos grupos sociais considerado ao longo desta análise, as áreas industrializadas

²⁷ Uma análise do papel dos movimentos migratórios, com especial relevo para a sua componente de regresso, nalgumas das tendências que a seguir se referem pode ver-se em R. Roque Amaro, 1985.

do Norte litoral estão agora bastante mais próximas da situação média definida para o País.

c) O mesmo tipo de razões, agravadas, por vezes, pelo declínio de alguns dos sectores tradicionais, justifica o «recuo» de áreas com forte componente industrial em 1970 (triângulo Torres Novas/Tomar/Abrantes; concelhos que se estendem de Leiria a Alcobaça, região dos têxteis da serra da Estrela, etc.) para o grupo que mais se aproxima dos resultados nacionais (4) em 1981. Ainda assim, e conforme o dinamismo demonstrado nos últimos dez anos, pode ser o avanço da nova pequena burguesia ou, antes, a retracção, relativa ou mesmo absoluta, do proletariado industrial que contribuem decisivamente para essa tendência.

d) A maior parte do interior do País destaca-se, em 1981, de forma bastante mais vigorosa (grupos 5 e 7). Mas, curiosamente, é no Norte que esse processo de *demarcação negativa*, tanto no caso de predomínio de campesinato (regiões de montanha e planalto), como no caso de prevalência de proletariado agrícola (vale do Douro), mais se faz sentir. Dado que Portugal se encontra polarizado por duas grandes cidades — Lisboa e Porto — que tendem a organizar, sob múltiplos aspectos, os sectores norte e sul do País, não parece impossível relacionar, pelo menos parcialmente, a situação detectada com a incapacidade historicamente demonstrada pelas fracções de classes sedeadas naquela segunda cidade em exercer a sua influência activa sobre uma área tão vasta. De facto, o Porto desenvolveu o «seu Alentejo», mas, por razões de ordem histórica e ecológica, manteve fora da sua acção mais intensa grande parte das regiões que circundam o vale do Douro. A amplitude, no Sul do País, dos movimentos internos em direcção à área de Lisboa e, pelo contrário, o impacte da emigração a norte constituem um dos sintomas mais evidentes dessa desigual interacção que se estabelece entre cada uma das duas cidades e respectivos «interiores», traduzindo, afinal, o modo como, em cada caso, as sucessivas estratégias de valorização do capital historicamente desenvolvidas incorporaram a dimensão territorial.

Refira-se, a finalizar, que a situação globalmente retratada pela figura 19 permite realçar o insuficiente poder analítico de categorias teórico-descritivas como «urbanização» e sobretudo «litoralização». De facto, as situações englobadas por essas denominações podem encobrir mecanismos de tal forma heterogéneos que contribuem para ocultar a sua génese e, consequentemente, para distorcer o significado de eventuais políticas de intervenção regional.

Uma individualização mais correcta das várias classes e fracções de classes — que, para além de superar as limitações inicialmente expostas, permitisse, por exemplo, diferenciar situações distintas de «modernidade» no interior dos «isolados» dos vários sectores de actividade e autonomizar segmentos com diferentes graus de marginalidade no seio do proletariado agrícola e industrial — propiciaria uma imagem naturalmente mais exacta da recomposição social ocorrida nos últimos anos. Mas, ainda assim, parece ter sido possível apontar alguns dos seus contornos fundamentais e relevar o papel da componente geográfica na concretização de várias das estratégias em curso.

REFERÊNCIAS

- Abreu, D., e Jensen-Butler, C., 1985, *Lisclust: a Hierarchical Cluster Analysis Program*, Geographical Institute, University of Aarhus (a publicar).
- Almeida, J. Ferreira de, 1982, *Classes Sociais nos Campos. Camponeses Parciais Numa Região do Noroeste*, 2 vols., Lisboa, ISCTE (policopiado).
- Amaro, R. Roque, 1985, «Reestruturas demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados», neste número de *Análise Social*.
- Barros, A. de, e Mendes, F. Ribeiro, 1983, «Formas de produção e estatutos do trabalho na agricultura portuguesa», in *Análise Social*, vol. XIX, n.º 75, pp. 57-78.
- Braghin, P., Mingione, E., e Trivellato, P., 1978, «Per un'Analisi della Struttura di Classe», in M. Paci (ed.), *Capitalismo e Classi Sociali in Italia*, Bolonha, Il Mulino, pp. 257-304.
- Cabral, M. Villaverde, 1983, «A economia subterrânea vem ao de cima em Portugal», neste número de *Análise Social*, vol. XIX, n.º 76, pp. 199-234.
- Cavaco, C., 1981-a, *A Mulher na Agricultura Portuguesa*, Lisboa, E. G. H. R., B4, Centro de Estudos Geográficos (policopiado).
- Cavaco, C., 1981-b, «A agricultura a tempo parcial: expansão, diversidade e significado económico, social e geográfico», in *Economia*, vol. V, n.º 2, pp. 271-313.
- Commissariat Général du Plan (Rapport du Group Long Terme «Changements des Modes de Vie»), 1983, *Comment vivrons-nous demain?*, Paris.
- Cooke, Ph., 1983, «Labour Market Discontinuity and Spatial Development», in *Progress in Human Geography*, vol. 7, n.º 4, pp. 543-565.
- Cordovil, F. Cabral, 1984, «Transformações da estrutura das explorações agrícolas em Portugal nas últimas três décadas (1950-80) e efeitos previsíveis da adesão à CEE», in *Economia e Socialismo*, n.º 61, pp. 15-35.
- Coriat, B., 1980, «Ouvriers et Automates», in J. P. Gaudemar (coorden.), *Usines et Ouvriers. Figures du Nouvel Ordre Productif*, Paris, François Maspero, pp. 41-76.
- Costa, A., 1985, «Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros», neste número de *Análise Social*.
- Direcção-Geral de Recrutamento e Formação, 1981, *Inquérito aos Recursos Humanos da Função Pública*, Lisboa, Ministério da Reforma Administrativa.
- Ferrão, J., 1982-a, «Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-70)», in *Finisterra*, vol. XVII, n.º 34, pp. 223-265.
- Ferrão, J., 1982-b, «Variação regional das taxas de lucro da indústria transformadora em Portugal», in *Finisterra*, vol. XVII, n.º 33, pp. 111-152.
- Ferrão, J., 1984, *Alguns Elementos acerca da Questão do Investimento Industrial no Concelho de Viseu*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (a publicar).
- Graziosi, M., 1978, «Concezione dello Sviluppo Economico e Classi Sociali», in M. Paci (ed.), *Capitalismo e Classi Sociali in Italia*, Bolonha, Il Mulino, pp. 231-253.
- Labini, P. Sylos, 1983, *Ensaio sobre as Classes Sociais*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, S. A.
- Lewis, J. R., e Williams, A. M., 1984, «The Formation and Role of Smalls and Medium Size Industrial Enterprises in the Região Centro, Portugal», comunicação apresentada ao 24th European Congress of the Regional Science Association, Milão.
- Lobo, I. Sousa, 1984, «Economia não contabilizada: que perspectivas?», in *Sociedade e Território*, n.º 1, pp. 11-17.
- Mingione, E., 1983, «Informalization, Restructuring and the Survival Strategies of the Working Class», in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 7, n.º 3, pp. 311-339.
- Neves, A., Godinho, M. M., e Silva, N. R., 1983, «Economia subterrânea: aproximação ao caso português», in CISEP, *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, Lisboa, ISE, vol. II, pp. 795-827.
- Paci, M. (ed.), 1978, *Capitalismo e Classi Sociali in Italia*, Bolonha, Il Mulino.
- Pahl, R. E., 1980, «Employment, Work and the Domestic Division of Labour», in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 4, n.º 1, pp. 1-20.
- Pinto, J. Madureira, 1981, «Solidariedade de vizinhança e oposições de classe em meio rural», in *Análise Social*, vol. XVII, n.º 66, pp. 199-229.
- Poulantzas, N., 1968, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, Paris, Ed. F. Maspero.
- Poulantzas, N., 1974, *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*, Paris, Ed. du Seuil.
- Rodrigues, M. J., 1985, «O mercado de trabalho nos anos 70: das tensões aos metabolismos», neste número de *Análise Social*.
- Roustang, G., 1982, *Le Travail Autrement. Travail et Mode de Vie*, Paris, Dunod.
- Santos, J. Albano, 1983, *A Economia Subterrânea*, Lisboa, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Colecção «Estudos», Série A — «Estudos Gerais», 4.

- Silva, M., e outros, 1984, *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, caderno 8.
- Storper, M., e Walker, R., 1983, «The Theory of Labour and the Theory of Location», in *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 7, n.º 1, pp. 1-43.
- Wright, E. Olin, 1983, «O que é neo e o que é marxista na análise neomarxista das classes», in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, n.º 12, pp. 9-40.